

Polícia Civil inaugura sedes dos Núcleos Especiais de Atendimento à Mulher da 20ª e 22ª Coorpins em Brumado e Guanambi

PÁGS. 26 a 32

FOTO: VINICIUS CAIRES MARTINS

FOTO: GLEICE SANTANA



Governo Federal autoriza investimentos de R\$ 20 milhões em Tanque Novo

PÁG. 11

Onde estão e qual a realidade das mais de 6 mil Comunidades Quilombolas do Brasil

Tribunal de Contas dos Municípios determina que prefeito de Serra do Ramalho interrompa ações autopromocionais conjuntas nas redes sociais do município e pessoal

135 anos após a assinatura da Lei Áurea, escravidão e racismo ainda são uma triste realidade no Brasil

PÁGS. 14 a 17

PÁG. 03

PÁGS. 22 a 24

EDITORIAL

O PAÍS EM QUE O CRIME COMPENSA

POR: ANTÔNIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

O filósofo social e escritor suíço Jean-Jacques Rousseau, em sua mais importante obra – “O Contrato Social” – dogmático, detalha o tratamento que uma República de fato deve dar aos seus cidadãos que afrontam o pacto social, entendido como interesse público. Segundo o filósofo, o inimigo do pacto social – interesse público – é quem, deve ser excluído do convívio da sociedade. Não é o que acontece desde sempre no Brasil. Refletindo o pensamento republicano de Jean-Jacques Rousseau em relação às afrontas à legislação vigente e as iniciativas políticas e judiciais – que em determinadas situações se fundem e se confundem – sempre que os delinquentes são membros de uma casta de privilegiados, chega-se à conclusão, lamentavelmente e sem muito esforço, que no Brasil, o crime compensa.

Nos últimos dias, os brasileiros comuns, a maioria da população, que labuta diuturnamente para financiar a estrutura do Estado, o “rompimento do Contrato Social”, como refletiu Jean-Jacques Rousseau, foram mais uma vez confrontados com a certeza que, para políticos de alto coturno e membros das esferas superiores do Judiciário, a aplicação das Leis não obedece a celeridade e muito menos atende aos interesses da coletividade. Em síntese, a Justiça brasileira é lenta e permite inúmeras manobras que protelam os Processos até que os suspeitos ou mesmo os que tiveram suas digitais identificadas em crimes e foram condenados se vejam livres das penas ou investigações, os brasileiros de bem foram mais uma vez, oficialmente informados que, para “eles”, o crime compensa.

Dois fatos reforçam esse entendimento.

O primeiro, diz respeito a juíza Ludmila Lins Grilo, da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Unaí, no interior de Minas Gerais, que foi penalizada com “uma das punições mais graves que são impostas pelo Judiciário”, ao ser aposentada compulsoriamente do cargo, a bem do interesse público. Segundo a decisão unânime do Conselho Nacional de Justiça, a magistrada, cujo salário era superior a R\$ 33 mil, que deixou o cargo com “proventos proporcionais ao tempo de contribuição”, cometeu reiterados comportamentos considerados reprováveis pela Corte, entre os quais o excesso de faltas no trabalho presencial, a disseminação de fake news, incitação de aglomeração durante a pandemia de Covid-19, além de ataque aos ministros do Supremo Tribunal Federal. Fosse uma “pessoa normal”, Ludmila Lins Grilo teria sido demitida por justa causa e estaria sujeita a responder processos tanto na esfera criminal quanto na cível pelos atos praticados. Como é “mais igual que os outros”, a magistrada foi “aposentada” e vai continuar afrontando o que Rousseau chamou de “Contrato Social”.

Nem bem os brasileiros haviam se recuperado do tapa na cara recebido com a “aposentadoria compulsória” da magistrada que violou os preceitos legais que deveria preservar, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, “liderada” pelo dissimulado decano Gilmar Mendes, que não cansou de tecer loas à Operação Lava Jato até que as investigações chegaram na antessala de jantar de seus “amigos e compadres” e ameaçou invadir seu quintal, cujo voto foi seguido pelos “terrivelmente evangélicos” Kassio Nunes Marques e André Mendonça, anulou as provas e a sentença de mais de 16 anos imposta ao ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, por envolvimento em um esquema de pagamento de propina em contratos de construção de navios-sonda da Petrobras, lavagem e evasão de divisas, considerando que a 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba não tinha competência para julgar o caso e sim a Justiça Eleitoral.

Resumo da ópera, os três ministros do Supremo Tribunal Federal, maioria da 2ª Turma, transformaram um caso de corrupção ativa, que restou comprovado por documentos periciados, depoimentos de participantes do esquema e testemunhas que a defesa não conseguiu contraditar, cujos danos causados ao erário e, por consequência, à população brasileira são imensuráveis, em crime eleitoral, infração de menor potencial ofensivo e que, naturalmente, vai acabar prescrito, como tantos outros.

No Brasil dos “mais iguais ou mais uteis que os outros”, onde Supremo Tribunal Federal, contrariando decisões que havia adotado, cinco anos depois, descobriu que a Vara da Justiça Federal de Curitiba não tinha competência para julgar o então ex e agora presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, descondenando-o e não o inocentando por ainda haver um mínimo de escrúpulo na Corte, as duas decisões dos últimos dias servem apenas para ratificar a certeza no povo brasileiro que o crime, para a classe de políticos e magistrados que estão no ápice da estrutura, compensa.

As duas mais recentes “decisões” do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal evidenciaram que os crimes continuarão a ser cometidos impunemente pelos membros mais proeminentes da política e do Judiciário, permitindo que descondenados e outros que inevitavelmente deveriam (deverão) ser condenados, mantenham a narrativa, contrariando fatos e evidências, que são inocentes e teriam sido vítimas de perseguição de uma ousada nova geração de agentes públicos dispostos a romper com o ciclo e promover uma mudança de valores, especificamente alcançar e punir com os rigores da Lei vigente políticos, empresários e outros parasitas que os cercam, jogando luz nos subterrâneos putrefatos por onde transitam e trapaceiam.

Para o filósofo social e escritor suíço Jean-Jacques Rousseau, ousamos interpretar, crimes de corrupção deveriam ser imprescritíveis, principalmente pelas anomalias permanentes que causam ao conjunto da sociedade, principalmente às parcelas mais vulneráveis e dependentes do Poder Público.

Embora as decisões das Cortes Superiores da Justiça não signifiquem que os delinquentes são inocentes, mas que suas sentenças foram anuladas, para o cidadão comum a impressão que fica é que a Constituição Federal e as Leis foram feitas com um único propósito, o de servir apenas aos criminosos de alto coturno.

EXPEDIENTE

Jornal
do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

📍 @sdoestebahia 📍 @jornaldosudoeste 📍 Jornal do Sudoeste 📍 Jornal do Sudoeste

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial

Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Secretaria de Redação

Leticia Ariadne Carvalho Rocha Gomes - (77) 98838-5325
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496

esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858

lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva
(77) 99857-7493
socialmedia@jornaldosudoeste.com

Fotografia/Edição de Imagens

Evandro Maciel Miranda Miguel
(77) 99805-3982
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Vinicius Caires Martins Silva

(77) 99827-6604
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Departamento Financeiro

Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta.bdo@jornaldosudoeste.com

Administração – Atendimento ao Cliente

Maira Bernardes Pinto
(77) 3441-7081
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

Departamento Comercial

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Endereço

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Redação Telefone

(77) 3441-7081
(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081
(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635

WhatsAap: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

POLÍTICA

Tribunal de Contas dos Municípios determina que prefeito de Serra do Ramalho interrompa ações autopromocionais conjuntas nas redes sociais do município e pessoal

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Os Conselheiros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, na sessão do último dia 24 de maio, homologaram a Medida Cautelar deferida em desfavor do prefeito de Serra do Ramalho, Eli Carlos – Lica - dos Anjos Santos (PSDB), determinando a adoção de medidas imediatas para cessar as ações autopromocionais, através de postagens conjuntas realizadas nas redes sociais da Prefeitura Municipal e no perfil pessoal do gestor e se abstenha de novas publicações colaborativas entre os perfis.

No voto do Relator do Processo no Colegiado de Contas, Conselheiro Plínio Carneiro Filho, ressaltou que restou comprovada a denúncia de que o gestor serra-malhense estaria associando à sua imagem e logomarca utilizada na campanha eleitoral, ações e programas oficiais institucionais, em seu perfil pessoal nas redes sociais que está vinculado ao da Prefeitura Municipal, caracterizando ato de Promoção Pessoal, afrontando os Princípios Constitucionais da Impessoalidade e da Moralidade estampados no Caput do Artigo 37 da Constituição Federal.

FOTO: BLOG EU AMO SERRA DO RAMALHO.

Apontando que a Constituição Federal faculta a publicidade de Atos, Programas, Obras, Serviços e Campanhas dos Órgãos Públicos, vedando, no entanto, que nos anúncios constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, o Conselheiro Plínio Carneiro Filho indicou que a norma legal foi descumprida pelo prefeito Eli Carlos – Lica - dos Anjos Santos (PSDB).

Embora não tenha sido apontado na decisão assentada pela Corte de Contas, a caracterização do uso de Publicidade Institucional para promoção pessoal, conforme prevê a legislação vigente, notadamente a Lei Federal nº 8.429/92, induz a inarredável caracterização de Ato de Improbidade Administrativa, que poderá fundamentar, se assim entender o Ministério Público, a formalização de uma Ação Civil Pública na Justiça.

O prefeito serra-malhense Eli Carlos – Lica - dos Anjos Santos (PSDB) poderá recorrer da decisão do Tribunal de Contas dos Municípios.

A 1ª Câmara do tribunal de Contas dos Municípios referendou Medida Cautelar obrigando o prefeito de Serra do Ramalho, Eli Carlos – Lica - dos Anjos Santos (PSDB), a cessar as ações autopromocionais, através de postagens conjuntas realizadas nas redes sociais da Prefeitura Municipal e no perfil pessoal.



OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito Eli Carlos – Lica - dos Anjos Santos (PSDB), para permitir que ele pudesse, se for o caso, contraditar as alegações e decisão do tribunal de Contas dos Municípios e as providências que adotou ou estaria adotando para atender ou se defender da determinação da Corte de Contas.

CIDADES – CULTURA

Ministério Público expede Recomendação para que o município adote medidas para preservação da 'História de Leocádia'

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público Estadual, através da primeira Promotoria Regional de Guanambi, por meio da Promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires, expediu Recomendações à Prefeitura Municipal de Guanambi, à Câmara de Vereadores e ao Conselho Municipal de Cultura, para implementação de ações visando a preservação da 'História de Leocádia', como Patrimônio Cultural e Imaterial do município.

FOTO: BLOG FALA VOCÊ/ARQUIVO JS



A Promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires recomendou à Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Conselho Municipal de Cultura de Guanambi a adoção de Políticas Públicas e ações para preservação e Tombamento da área do Lajedo e do Túmulo de Leocádia.

No documento, a Promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires indicou ao Governo Municipal, considerando o comprovado valor histórico e cultural, que promova, no prazo de até 60 dias, através de Decreto Municipal, o Tombamento da área do Lajedo e do Túmulo de Leocádia, bem como o registro de sua história como Patrimônio Cultural Material e Imaterial de Guanambi. A Recomendação do Ministério Público inclui, ainda, o dever da Administração Municipal de elaborar um Plano de Fiscalização e uma rotina de Monitoramento e controle dos locais considerados como sagrados pela população, com objetivo de evitar a destruição, reformas, construções ou qualquer tipo de intervenção nos referidos bens culturais, sem a prévia autorização do órgão competente.

"A História de Leocádia, seu Túmulo e o Lajedo onde localiza o Caldeirão em que seu corpo foi encontrado constituem bens imaterial e material de Guanambi. De forma continuada, ao longo de mais de um século, um número indeterminado de pessoas se dirigem até o local, durante as Sextas-Feiras Santas, para aclamar a adolescente brutalmente assassinada, bem como dirigir-lhe pedidos e agradecer pelas bênçãos alcançadas, denotando uma referência cultural para a sociedade guanambiense, além de uma prática social contínua e intergeracional", pontuou a Promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires.

FOTO: BLOG DO LATINHA



Lajedo onde o corpo de Leocádia foi encontrado. Foto: Blog do Latinha

O órgão Ministerial também recomendou à Secretaria Municipal de Cultural, Esporte, lazer e Turismo que, no prazo de até 45 dias, contados a partir da data de publicações dos Decretos Municipais (de Tombamento e do Plano de Fiscalização e Monitoramento), promova, dentre outras ações, a formulação de uma Política Pública de Revitalização Cultural do Lajedo e do Túmulo de Leocádia, além de promover e incentivar o conhecimento e a divulgação da história da jovem, mediante a sua integração com as Escolas Municipais, Grupos de Crianças e comunidade em geral.

Já a Câmara de Vereadores de Guanambi, destaca a Recomendação do Ministério Público, deverá elaborar, discutir e aprovar uma Lei criando o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural (Fumpac), detalhando, entre outros pontos, a destinação dos recursos (do Fundo), que deverá ter por objetivo financiar a Política Municipal de Proteção ao patrimônio Cultural, especificando as fontes de receita e a destinação dos recursos.

Ao Conselho Municipal de Cultura, a Recomendação subscrita pela promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires indica que o Colegiado seja responsável pela proposição de ações para a promoção e o resgate do Patrimônio Histórico-Cultural e da Memória de Guanambi, enfatizando a História de Leocádia, envolvendo os Órgãos do Governo Municipal, entidades representativas da sociedade civil e a ação da comunidade, além de propor medidas de criação de Centros de Memória e Arquivo Público visando a disponibilização à pesquisa e à informação acerca de Leocádia.

SAIBA+

Quem foi Leocádia

Segundo a Prom de Justiça Tatyane Caires ressalta que a História de Leocádia é recontada de geração para geração ao longo de mais de um século e narra o crime de homicídio qualificado, ocorrido há mais de 120 anos, praticado a mando de Raquel, tendo como vítima a jovem Leocádia, uma adolescente pobre, admitida para trabalhar na obra de uma Barragem destinada a combater a seca na região da Vila de Beija-Flor (atual Guanambi). O motivo do crime foi o fato do marido da mandante, o Coronel José Pedro Guimarães, ter apresentado Leocádia com um corte de tecido para fazer um vestido, o que despertou o ciúme doentio de Raquel, que determinou a dois empregados que matassem Leocádia, trazendo-lhe como prova do crime o seio da vítima.

O cadáver de Leocádia foi jogado numa fenda, existente no Lajedo, que posteriormente veio a adquirir o formato de um caixão.

Após ser localizado, diante do avançado estado de putrefação, o cadáver de Leocádia foi enterrado nas proximidades do Lajedo, local para onde, durante as sextas-Feiras Santas, a população se dirige, até os dias de hoje, para fazer orações àquela que foi alçada à "Santa Popular".

O caso já foi transformado em filme, romance, livro, documentário, reportagens, além de ser objeto de dezenas de trabalhos acadêmicos, inclusive teses de Doutorado e dissertações de Mestrado.

CIDADES - EDUCAÇÃO

Professores de Ituaçu denunciam corte de 20% de adicional em salários e sinalizam acionar a Justiça

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Os professores da rede pública municipal de Ensino de Ituaçu estão sendo “castigados” pela ousadia de ter acreditado nas promessas de campanha do gestor e por exercer o direito constitucional de reivindicar e lutar pelo pagamento do reajuste do Piso Nacional do Magistério e por melhores condições de trabalho.

O prefeito Phellipe Ramonn Gonçalves Brito (PSD), cujas ações, segundo denunciam os profissionais da Educação, são ditadas pelo pai, ex-prefeito Albércio – Albercinho – da Costa Brito Filho (PSB), usou uma estratégia perversa para enganar a categoria.

“Primeiro, como se estivesse fazendo um favor, o prefeito Phellipe Brito – orientado pelo pai [ex-prefeito Albércio – Albercinho – da Costa Brito Filho (PSB)] que é quem na verdade é o prefeito de fato – concedeu o reajuste do Piso Nacional. Em seguida, retirou um direito que foi conquistado há mais de dez anos com muita luta, incluído no Plano de Carreira dos Professores, cortando os 20% do nosso salário base, referentes à Graduação. O do prefeito descumpriu o Plano de Carreira. É uma perda de direitos, frutos da nossa luta enquanto profissionais da Educação”, acentuou, em entrevista ao JS, sob reserva, por temer represálias, uma educadora do município.

Segundo a profissional da Educação, a “maquiagem” permitiu que a redução considerável nos salários dos professores não ficasse, em tese, demonstrada. “Em síntese, deu com uma mão e retirou muito mais com a outra. É esse o retrato do compromisso da gestão Phellipe Brito com a Educação de Ituaçu”, pontuou.

A educadora prosseguiu afirmando que o silêncio da maioria dos professores municipais, que tem sido apontada pelo gestor e seus apoiadores para reforçar o posicionamento da gestão, de que a seriam infundadas as críticas da categoria, se justifica pela forma como a o prefeito tem agido, seguindo orientação do pai, contra todos que ousam contestar as decisões administrativas. “O chicote por aqui chia”, disse, fazendo uma analogia em relação às perseguições patrocinadas pelo Governo Municipal para calar seus opositores e críticos.

“Essa foi a lógica da concessão do Piso e a seguir da retirada de direitos do Plano de Carreira, punir os professores. Não há como não definir o ato, senão como cruel e desumano”, indignou-se, sublinhando que a desvalorização salarial da categoria tem afetado a Saúde Mental dos educadores, além, evidentemente, de comprometer o orçamento familiar, uma vez que a maioria dos professores só têm esse salário para manter a família.

A professora lamentou ainda que a Câmara Municipal, por força da bancada majoritária esteja comprometida não com o povo de Ituaçu, mas com o prefeito e seu pai. Para ela, depois dos vereadores terem sido informados que estão há mais de um ano tentando negociar não só o reajuste com base no Piso Nacional, mas a preservação dos direitos previstos no Plano de Cargos e Salários, ao rejeitar o Requerimento apresentado pelo vereador oposicionista Márcio Aparecido – Marcinho de Noé - Araújo Rocha (PL) para que a secretária municipal de Educação, Ádila Conceição Barreto fosse convocada para prestar esclarecimentos sobre o corte de 20% nos salários dos professores, os vereadores da bancada majoritária [Ednei – Nei de Tranqueiras - Novais Ferreira (PL), Joel Teixeira Silva (PSB), José Antônio – Zé Paixão - Brito Fontana (PSB), José César – do Povo - Wanderley Brito (Progressistas) e Ronaldo da Silva Rocha (PSD)], viraram as costas para a categoria e demonstram estar mais preocupados com seus interesses e os do prefeito.

A maioria da categoria, embora tenha sinalizado para a possibilidade, decidiu não aderir ao “Estado de Greve” que chegou a ser proposta após a Câmara Municipal rejeitar a convocação da secretária municipal de Educação, demonstrando não estar disposta ao enfrentamento, diante da possibilidade de sofrerem retaliações, mas está, segundo apurou o JS, juntando documentos para acionar a Justiça sobre o corte nos salários.

OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito Phellipe Ramonn Gonçalves Brito (PSD), para oportunizar que ele pudesse justificar a medida adotada e contraditar as alegações dos profissionais da Educação.



CIDADES - INFRAESTRUTURA

Brumado: Cansados de esperar pela gestão Eduardo Vasconcelos, moradores da região do Distrito de Ubiraçaba recuperam estrada vicinal por conta própria

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

No último dia 22, paralelamente à reunião do prefeito de Brumado, engenheiro Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido), em seu gabinete de trabalho, que contou com a presença, segundo relatos feitos nos blogs contratados para a divulgação, de representantes do 'Clube das Empreiteiras' – conjunto de empresas prestadoras de serviços de infraestrutura que, coincidentemente, tem sido vencedoras dos Processos Licitatórios para execução de obras milionárias desde sempre nas gestões do atual prefeito – quando foram assinadas doze Ordens de Serviços para realização de obras de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e Rural, que vão exigir investimentos de cerca de 90 milhões de reais, atendendo, diversos Bairros da sede municipal e localidades da zona rural, moradores das Comunidades de Boi Morto e Agrestino, na região do Distrito de Ubiraçaba – que não foi contemplado com o pacote de obras publicitado pela Administração Municipal – denunciaram o abandono das estradas vicinais da região.

Segundo as lideranças dos moradores, sem manutenção nos últimos dois anos, as estradas vicinais não ofereciam as mínimas condições de trafegabilidade, comprometendo a segurança dos usuários que necessitam acessar serviços na sede do município, comprometendo o Transporte Escolar e a logística de abastecimento e de escoamento da produção, exigindo uma nova abordagem.

Cansados de esperar e apelar para vereadores e sem expectativa de que o Governo Municipal viesse a realizar as intervenções para requalificação dos trechos, os moradores, relatou o agricultor Marlúcio da Silva Pereira, decidiram agir por conta própria. Foi organizada uma "vaquinha" para recuperar as estradas que estavam tomadas por buracos.

Com o valor arrecadado, os moradores contrataram equipamentos (Trator e Motoniveladora) para requalificação das estradas. "Não ficou um serviço 100%, foi feito um serviço para 'dar uma melhorada', pois dependemos da estrada para que nossas crianças possam ir e vir da Escola com segurança, para que possamos ter acesso a serviços de Saúde e ao comércio da sede, além do abastecimento e do escoamento da produção", pontuou o agricultor.

Indignado, outro agricultor, sob reserva, disse que o atual Governo Municipal abandonou a Comunidade de Ubiraçaba, que tem sido obrigada a se cotizar para conseguir o atendimento a demandas que são obrigação do Poder Público. "A Prefeitura não faz, a comunidade teve de se reunir e fazer uma vaquinha para fazer um serviço que infelizmente a Prefeitura de Brumado não faz. É vergonhoso a prefeitura de Brumado, que tem uma arrecadação milionária, nada faz para a população de Ubiraçaba e região", afirmou.



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Com recursos de uma "vaquinha" feita pelos moradores, equipamentos foram contratados para revitalização de estradas vicinais das Comunidades de Boi Morto e Agrestino, na região do Distrito de Ubiraçaba.

OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido) e os secretários municipais de Administração e de Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano, respectivamente Carlos Magno de Souza Novais e Thiago Rodrigues Amaral, através da Assessoria de Comunicação Social, para que pudessem contraditar as afirmativas feitas pelos moradores das Comunidades de Boi Morto e Agrestino, na região do Distrito de Ubiraçaba.

CIDADES- INFRAESTRUTURA

Governador entrega obras de Infraestrutura, Mobilidade e Recursos Hídricos em Tanque Novo

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O governador do Estado, Jerônimo Rodrigues Souza (PT) aproveitou a visita a Tanque Novo, no último dia 26, onde participou da solenidade de assinatura da Ordem de Serviço para início da execução do Projeto de readequação e complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) no município (Veja matéria nesta edição) para entregar oficialmente diversos investimentos realizados na sede e zona rural pelo Governo do Estado.

FOTO: FEIJÃO ALMEIDA/GOVBA



Jerônimo Rodrigues Souza entregou as obras de ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (Siaa) de Paramirim e Tanque Novo. A intervenção, executada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia, através da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), com investimentos de pouco mais de R\$ 9 milhões. Também fez a entrega de cinco Sistemas Integrados de Abastecimento de Água (Siaa) que foram construídos pela Secretaria de Estado de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia, através da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), com investimentos de R\$ 3,7 milhões beneficiando mais 16 Povoados de Tanque Novo.

Com as intervenções, as comunidades das localidades de Murici, Cambaitó, Baraúna do Norte, Quincas, Piabas, Caldeirão, Boiada, Malhada Grande, Baraúna, Vereda do Toco e Barauninha, além dos Povoados de Magras I e II, Anil, Pindoba e Lagoinha passam a contar com água potável direto nas torneiras de casa.

Na área da Infraestrutura e Mobilidade, o governador fez a entrega as obras de requalificação de 2,55 quilômetros do trecho urbano da BA-156, executadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia, que exigiu investimentos da ordem de R\$ 2,4 milhões.

Jerônimo Rodrigues entregou ainda as obras de pavimentação das Ruas 01 e 02 do Povoado de Várzea da Madeira, e das Ruas A, B, C e D, no Povoado de Boca do Campo. As obras foram executadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder).

Na sede municipal, o governador entregou a conclusão das obras de pavimentação da Rua Nova Esperança, Avenida Prefeito João Neves de Oliveira, Avenida dos Pimentas, Rua Paramirim, Rua Botuporã, Rua Sergipe e Rua Sebastião Carneiro Malheiro. As obras foram executadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), em parceria com a Prefeitura Municipal.

Nas intervenções de Urbanização nos Povoados de Várzea da Madeira e Boca do Campo e na sede municipal foram investidos mais de R\$ 1,8 milhão.

CIDADES - INFRAESTRUTURA

Governo do Estado entrega obras de infraestrutura urbana e rural em Rio do Pires

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O governador do Estado, Jerônimo Rodrigues Souza (PT), aproveitou a visita ao município de Rio do Pires, onde participou do ato presidido pelo ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, para entrega oficial de diversas obras executadas pelo Governo da Bahia.

Após a solenidade de inauguração do Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio do Pires, acompanhado do ministro de Estado Antônio Waldez Góes da Silva e do prefeito municipal, Gilvânio Antônio – Vânio de Gildásio – dos Santos (Progressistas), o governador Jerônimo Rodrigues Souza (PT), fez a entrega oficial de obras de Infraestrutura Urbana e Rural, Saneamento e Esportes. No total, foram investidos mais de R\$ 4,3 milhões.

Nas localidades rurais de Mulungu e Curral Queimado, Jerônimo Rodrigues fez a entrega do Sistema Simplificado de Abastecimento de

Água. A intervenção, executada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, através da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), exigiu investimentos da ordem de R\$ 1,6 milhão.

Ainda na área da Infraestrutura, o governador fez a entrega das obras de restauração da ponte sobre o Rio da Caixa, na BA-152, que atende a Comunidade de Placa. Na intervenção, executada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia, através da Superintendência de Infraestrutura de Transporte, foram investidos mais de R\$ 1,5 milhão.

No Povoado de Curralinho, Jerônimo Rodrigues Souza entregou oficialmente a restauração da ponte de concreto na BA-152, beneficiando uma população estimada em 23 mil pessoas de Rio do Pires, Caturama e Paramirim.

FOTO: ANTÔNIO QUEIRÓS/GOVBA



Governador entregou obras de pavimentação de vias públicas na sede municipal de Rio do Pires.

Na sede do município, o governador fez a entrega das obras de pavimentação com paralelepípedos e drenagem superficial de quatro vias públicas. As intervenções foram executadas pela Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Urbano da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), através de convênio com a Prefeitura Municipal. Nas obras foram investidos R\$ 1,2 milhão.

CIDADES - INFRAESTRUTURA

FOTO: ANTÔNIO QUEIRÓS/GOVBA



Jerônimo Rodrigues inaugurou o Campo de Futebol do Bairro Poço D'Água.

Por fim, o governador do Estado participou da entrega do campo de futebol do Bairro Poço D'Água, resultado de convênio celebrado entre o Governo da Bahia e a Prefeitura Municipal de Rio do Pires, executado pela Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, através da Superintendência dos Desportos do Estado Bahia (Sudesb).

O governador destacou que se sente orgulhoso e feliz por estar honrando os compromissos assumidos pelo ministro (ex-governador e atual

ministro de Estado da Casa Civil) Rui Costa e que reiterou na campanha eleitoral de 2022, de trabalhar e investir para resgatar demandas da população. O governador sublinhou a importância dos investimentos para as famílias e para a economia de Rio do Pires e reafirmou o compromisso de continuar cuidando das pessoas, destinando investimentos na Infraestrutura, na Saúde, na Educação, na Assistência Social, na Segurança Alimentar e no Desenvolvimento Econômico, gerando novas oportunidades de emprego e renda.

ERRAMOS

Erramos ao publicar na matéria "O Novo Ensino Médio sob a análise de professores que atuam na etapa final da Educação Básica na região", o nome do Professor Licenciado em História, com Especialização em Psicopedagogia e atualmente Graduando em Psicologia, que atualmente leciona no Centro Integrado de Educação Luiz Navarro de Brito (Cieb), em Vitória da Conquista. O nome correto é Josafá Santos e não Ramos, como publicado



Casa do Agricultor

PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

Org.: Aloísio Miguel Rebonato
Edmilson Bastos Batista

Fone: (77) 3473-1347

Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.

amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br

End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA

CIDADES - INFRAESTRUTURA

Inaugurado o Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio do Pires

Obra executada pelo Governo Federal, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, exigiu investimentos superiores a R\$ 8 milhões e vai beneficiar uma população estimada em mais de cinco mil pessoas

◆ **DA REDAÇÃO**
redacao@jornaldosudoeste.com

Em ato presidido pelo ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, que contou com a presença do governador do Estado, Jerônimo Rodrigues Souza (PT), foi inaugurado oficialmente, na tarde do último dia 26, o Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio do Pires.

A obra, executada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), contou com investimento de R\$ 8 milhões e vai beneficiar aproximadamente 5 mil pessoas. Ao todo, foram implantados 37,4 quilômetros de tubulações (rede coletora), três Estações de Bombeamento Elevatórias, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), linha de recalque de quase três mil metros, 16 leitos de secagem, duas lagoas de maturação e duas facultativas.

FOTO: DÊNIO SIMÕES/MIDR.

Após a entrega oficial, o Sistema passou a ser operado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura Hídrica e de Saneamento da Bahia.

O ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, destacou, em seu pronunciamento, a importância do investimento no Sistema de Esgotamento Sanitário, que reforçou, impacta positivamente no bem-estar, qualidade de vida e Saúde da população beneficiada, além de também avançar na preservação ambiental e na revitalização dos cursos d'água.

O governador do Estado Jerônimo Rodrigues Souza (PT) também sublinhou a importância da obra, lembrando que o Sistema de Esgotamento Sanitário entregue tem capacidade para absorver todo o esgoto da cidade pelos próximos 20 anos.

Também presente à solenidade, o Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), Engenheiro Marcelo Andrade Moreira Pinto, apontou a relevância da obra para o município e sua microrregião, uma vez que vai assegurar o saneamento integral de Rio do Pires e, por consequência, evitar a contaminação dos mananciais que abastecem a cidade e reduzir a ocorrência de doenças de veiculação hídrica e a mortalidade infantil, além, evidentemente, de promover outros benefícios socioambientais.

Marcelo Andrade Moreira Pinto ressaltou, ainda, que a proposta do Governo Federal, através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), é entregar obras estruturantes para fortalecer o conjunto de ações no Estado visando o desenvolvimento socioeconômico da população.



O ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, juntamente com o governador do Estado Jerônimo Rodrigues Souza (PT) e o Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), Engenheiro Marcelo Andrade Moreira Pinto, entregaram oficialmente o Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio do Pires.

ÁGIL
CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

End.: Av. Jesiel Norberto, 367 - Candeias

Tel.: (77) 3424-6429

Vitória da Conquista - BA

CIDADES - INFRAESTRUTURA

Governo Federal autoriza investimentos de R\$ 20 milhões em Tanque Novo

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

O Governo Federal, através do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), vai investir R\$ 20 milhões na execução do Projeto de readequação e complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tanque Novo.

FOTO: FEIJÃO ALMEIDA/GOVBA



Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, assinou a Ordem de Serviço para execução do Projeto de readequação e complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tanque Novo.

No último 26, o ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, assinou a Ordem de Serviço, em ato que contou com as presenças, entre outros, do Diretor-Presidente e do Superintendente da 2ª Superintendência Regional de Bom Jesus da Lapa da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), respectivamente Marcelo Andrade Moreira Pinto e Harley Xavier Nascimento, do governador do Estado, Jerônimo Rodrigues Souza (PT) e do prefeito do município, Paulo Ricardo Bonfim Carneiro (Progressistas).

A obra, segundo divulgado pela Assessoria de Comunicação Social da Codevasf, vai beneficiar uma população estimada em mais de 13 mil habitantes. Ainda segundo a Codevasf, em 2040, a previsão é que 20 mil pessoas sejam atendidas pelo Sistema.

O empreendimento completo será composto por Rede Coletora com 57,2 mil metros, quatro Estações Elevatórias, Estação de Tratamento de Esgoto e 3.566 ligações domiciliares.

O ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, pontuou a importância da intervenção, afirmando que essas ações (saneamento básico) são prioridades do Governo Federal e refletem na melhoria da qualidade de vida da população.



Jornal
do Sudoeste

TESTEMUNHOU UM FLAGRANTE DE NOTÍCIA?
QUER RECLAMAR DOS PROBLEMAS DA SUA CIDADE E DO SEU BAIRRO?

QUER SUGERIR, MANDAR FOTOS E VÍDEOS, DAR INFORMAÇÕES PARA UMA REPORTAGEM?
FALE DIRETAMENTE COM A REDAÇÃO DO JS ATRAVÉS DO WHATSAPP:

(77) 99872-5389

CIDADES- ECONOMIA

Do sonho da redenção econômica à exploração pouco transparente de minério em Ituaçu

FOTO: REPRODUÇÃO



◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Município de Ituaçu, assim como a maioria dos municípios brasileiros e, especificamente, dos 417 municípios baianos, apresenta dependência orçamentária de recursos provenientes dos repasses federais e estaduais, além de estar refém de parlamentares, que usam as Emendas Parlamentares aos Orçamentos da União e do Estado, para manter e ampliar suas influências sobre a gestão pública, o que, invariavelmente, abre portas para relações promíscuas que, em síntese, cobram um preço alto da sociedade. Mas essa realidade poderia e deveria ser diferente.

Não obstante seu potencial turístico, Ituaçu tem em seu subsolo reservas minerais que, em tese, deveriam estar rendendo recursos suficientes para colocar o município entre os mais ricos do Estado, beneficiando a população com empregos, renda e o fomento de atividades econômicas autossustentáveis.

E os fatos falam por si.

Em maio de 2007, foi anunciado, com direito a repercussão nacional, a implantação no município de uma Usina Siderúrgica – seria a primeira da Bahia – cujas obras deveriam ser iniciadas no prazo de 12 meses e com investimentos iniciais previstos de US\$ 44 milhões (cerca de R\$ 220 milhões no câmbio atual). Dezesesseis anos depois, o Projeto permanece no papel.

Quando o Protocolo de Investimentos do empreendimento foi anunciado pelo Governo do Estado, através da então Secretaria de Estado Indústria, Comércio e Mineração da Bahia [atual Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico da Bahia], apontou-se que o Projeto já estaria em fase inicial de Licenciamento Ambiental e que, a partir desta fase, a Ferrobahia – empresa responsável pelo empreendimento – concluiria as obras da Siderúrgica no prazo de 10 a 12 meses. À época, o Diretor-Presidente da Ferrobahia Siderúrgica, Geraldo Carlos Basques Moura, fez projeções animadoras e que, tivessem sido efetivadas, colocaria Ituaçu entre os maiores produtores de ferro gusa do país e na vanguarda da sustentabilidade. Segundo Geraldo Basques, a Ferrobahia Siderúrgica iria explorar uma área apropriada de minério de ferro em Ituaçu, com projeção de vida útil de 60 anos, considerando uma produção entre 300 e 500 mil toneladas ano. O Projeto, reforçava o Diretor Presidente da Ferrobahia, em 2007, em sete anos (portanto em 2014) seria autossuficiente em carvão, com uma floresta própria numa área de 10 mil hectares. Ainda segundo o Diretor Presidente da Ferrobahia, em 2007, o Protocolo de Investimentos assinado entre a Empresa e o Governo da Bahia previa a criação de um Selo que comprovaria que o carvão vegetal consumido pela Indústria não era obtido de mata nativa.

Corroborando com o otimismo expressado pelo Diretor-Presidente da Ferrobahia Siderúrgica, Geraldo Carlos Basques Moura, em relação ao sucesso do empreendimento, o então titular da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia, Rafael Amoedo previu a atração de investimentos para produção de chapas de aço no Estado. “Queremos atrair também um empreendimento para a produção de chapas de aço na Bahia. Isso vai deixar mais estruturada nossa cadeia (da indústria do ferro)”, pontuou o então secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia.

Atualmente, cercada de mistérios e protegida pelo silêncio comprometedor dos empresários e dos Governos da Bahia e Municipal, a empresa Bahia Brita Bussines Brasil Importação e Exportação Ltda, que teria adquirido a Fazenda Moendas por R\$ 3 milhões, valor facilmente contestável se considerado não apenas a extensão da área, com a expressividade da reserva mineral existente em seus limites, revelada em 2007 pelo Diretor-Presidente da Ferrobahia Siderúrgica e pelo então secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, respectivamente Geraldo Carlos Basques Moura e Rafael Amoêdo. Há, ainda, informações oficiosas, repassadas ao JS sob reserva, de os verdadeiros novos donos da propriedade e do empreendimento seriam empresários de Brasília, está explorando minério na localidade, que fica às margens da Rodovia BA-142 (Ituaçu/Barra da Estiva), distante 1,5 quilômetros do centro da cidade, surpreendentemente, para desconhecimento da maioria da população ituaçuense, inclusive de agentes públicos (pelo menos é o que revelaram ao JS).

CIDADES- ECONOMIA

Prefeito à época em que o empreendimento da Ferrobahia Siderúrgica ganhou as manchetes de publicações especializadas em Economia do país, como o Jornal Valor Econômico, do Grupo Globo, cuja reportagem foi reproduzida no site do Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram (<https://ibram.org.br/noticia/projeto-de-us-44-milhoes-para-fabricar-gusa/>), Albérico – Albercinho – da Costa Brito Filho (à época filiado ao PFL, atual União Brasil, e hoje membro do PSB), questionado pela reportagem do JS sobre os motivos que teriam justificado o arquivamento do Projeto que, segundo se noticiou à época, representaria a redenção econômica da macrorregião de Ituaçu, tornando o município um dos maiores arrecadadores de impostos e geradores de empregos e renda, foi surpreendentemente, sucinto ao afirmar que “não saberia informar” se teria acompanhado o desenrolar do processo de início de exploração mineral e implantação da Usina Siderúrgica, o que teria motivado a não implantação do Projeto e estimar os eventuais prejuízos causados ao município, gerados pela expectativa que se criou em torno da implantação da Usina Siderúrgica.

O ex-gestor também apontou desconhecer não apenas a exploração de minério da Fazenda Moendas – onde originalmente seria implantada a Usina Siderúrgica – como quem seriam os empreendedores e se o município estaria sendo beneficiado com a geração de impostos, empregos e renda



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS.

Prefeito à época do anúncio da implantação da Siderúrgica em Ituaçu, Albérico – Albercinho – da Costa Brito Filho (em 2007 filiado ao PFL e hoje no PSB), disse não se lembrar que teria acompanhado o desenrolar do processo de implantação da Siderúrgica e que desconhece que atualmente haja exploração de minério no município.

Já o atual prefeito, Phellipe Ramonn Gonçalves Brito (PSD), filho do ex-prefeito Albérico – Albercinho – da Costa Brito Filho, não respondeu aos questionamentos feitos pelo JS.

Da mesma forma, a Ferrobahia Siderúrgica, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico da Bahia e a Bahia Brita Bussines Brasil Importação e Exportação Ltda, não responderam aos contatos feitos, fundamentados por dispositivos legais vigentes [Artigo 5º, Inciso II, § 3º; do Artigo 37 e no Artigo 216, § 2º da Constituição Federal, e na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11)], quando foram solicitadas informações sobre o Projeto de implantação da Usina Siderúrgica que deveria ter entrado em operação em 2008; a exploração de minério que está sendo feita atualmente e os benefícios gerados – empregos diretos e indiretos; impacto econômico (arrecadação de impostos) da exploração para os cofres municipais, impostos recolhidos principalmente aos cofres municipais – e os motivos que justificam a extração do minério estar sendo feita sem transparência.

Diversas pessoas, ouvidas aleatoriamente nas ruas de Ituaçu pela reportagem do JS, todas sob reserva, apontaram desconhecer as atividades minerárias realizadas na Fazenda Moendas, tendo conhecimento apenas do intenso tráfego de veículos pesados que trafegam em direção a saída da cidade (no trecho da BA-142 para Tanhaçu) e os impactos que essa exploração mineral estaria tendo na economia local.

Para muitas das pessoas ouvidas, é fundamental que o Ministério Público possa intervir para que seja dada transparência no processo de exploração mineral no município, que embora esteja, literalmente, em cima de um formidável ativo mineral, que como foi apontado em 2007, representaria a redenção econômica e social de Ituaçu, transformando a vida de milhares de pessoas, principalmente dos jovens que hoje são obrigados a migrar para outros centros em busca de emprego, segue refém das atividades turísticas e de políticos que usam os recursos públicos para destinar algumas intervenções pontuais e que os beneficia eleitoralmente. “Tem alguém ganhando e o povo de Ituaçu sendo prejudicado nesse empreendimento obscuro, no qual os políticos, da situação e da oposição, fingem não saber de nada. É impossível que uma mineradora esteja trabalhando 24 horas por dia sem que nenhum benefício seja aferido pela população. Tem gente ganhando para o povo perder”, observou um dos entrevistados.



FOTO: LAY AMORIM/BLOG ACHEI SUDOESTE.

O prefeito de Ituaçu, Phellipe Ramonn Gonçalves Brito (PSD), não respondeu aos contatos feitos pelo JS.

Uma grande
Redação se faz
com letras
e números.



Matrículas abertas
77 3425 8860 • 3161 1001
www.colegiopcao.com

COLÉGIO
Opção
Do 6º Ano ao Pré-Vestibular

CIDADANIA

Onde estão e qual a realidade das mais de 6 mil Comunidades Quilombolas do Brasil

Comunidades de todo o país sofrem com ausência de serviços públicos básicos; maior parte dos Territórios ficam no Nordeste

◆ **LUCAS MAIA – AGÊNCIA TATU**
sistemas@pr.comuniquese1.com.br

No Brasil existem 6023 Territórios Quilombolas. Estas Comunidades têm, em comum, o fato de terem sido fundadas por pessoas que foram escravizadas ou por seus descendentes. Deste total, 3186 ficam no Nordeste, o que corresponde a 52% das Comunidades.

A Constituição Federal de 1988 determina que os habitantes de remanescentes de Quilombos devem ter a propriedade de suas terras garantida por meio de titulação. No entanto, de acordo com entrevistas e análises realizadas pela Agência Tatu (<https://www.agenciatatu.com.br>), nos últimos 35 anos apenas uma pequena parte dos Territórios Quilombolas identificados foram plenamente titulados.



FOTO: AGÊNCIA TATU

O que dizem os dados sobre Territórios Quilombolas:

- De acordo com estatísticas experimentais do IBGE (Dimensionamento emergencial de população residente em áreas indígenas e quilombolas para ações de enfrentamento à pandemia provocada pelo coronavírus) as Comunidades Quilombolas possuem 1,1 milhão de residentes distribuídos em 6023 Comunidades em todo o Território Nacional, com exceção do Acre e de Roraima, que não possuem Territórios Quilombolas identificados.

- **A maior parte das áreas Quilombolas ficam na região Nordeste, 53%.** Em seguida vem a região Sudeste, com 23% das Comunidades; Norte com 15%; Sul com 5% e Centro-oeste com 4%.

- **Apenas 8% das Comunidades Quilombolas foram oficialmente delimitadas.** Sendo que o IBGE classifica 54% das demais Comunidades como localidades identificadas por registros administrativos e 38% apenas como Agrupamentos Quilombolas.

- Há ainda um **deserto de dados oficiais a respeito de Comunidades Quilombolas.**

Não é possível identificar, por exemplo, a renda média dos moradores dessas Comunidades ou as condições de trabalho e saneamento. A expectativa é que os resultados do próximo Censo tragam mais dados estatísticos sobre essas Comunidades Tradicionais.



FOTO: WELLINGTON FERREIRA/ AUTORRETRATO NORDESTE

Comunidade Bom Despacho, Passo de Camaragibe – AL

Comunidades Quilombolas por região do Brasil

Maior parte das Comunidades fica no Nordeste; uma parcela muito pequena dos Territórios Quilombolas foi oficialmente delimitada

CIDADANIA

Censo Escolar revela negligência do poder público com Comunidades Quilombolas

Um dos poucos registros oficiais capazes de trazer um panorama sobre a realidade das Comunidades Quilombolas do Brasil é o Censo da Educação Básica.

Produzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a base de dados contém tanto a informação de quais Escolas estão localizadas em Territórios Quilombolas, quanto a condição dessas Escolas.

- De acordo com o Censo Escolar 2022, das 6.023 Comunidades Quilombolas Identificadas no país, apenas 2.561 possuem alguma Escola em seu Território. Ou seja, **58% das Comunidades não dispõem de Escolas.**

- Entre as **Escolas** presentes nos Territórios, 37% não possuem água encanada e **9,7% não contam com água de qualquer tipo**, potável ou não.

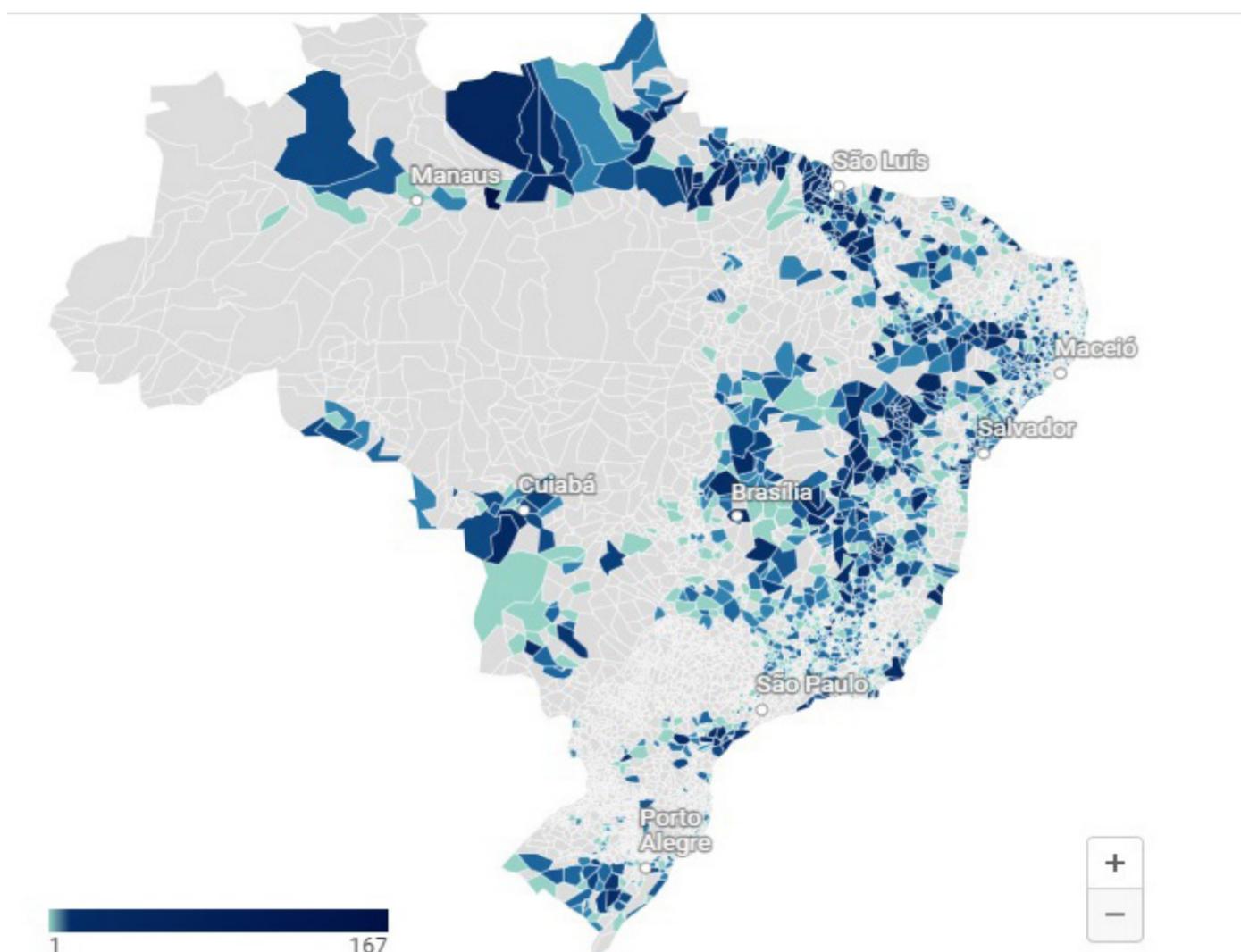
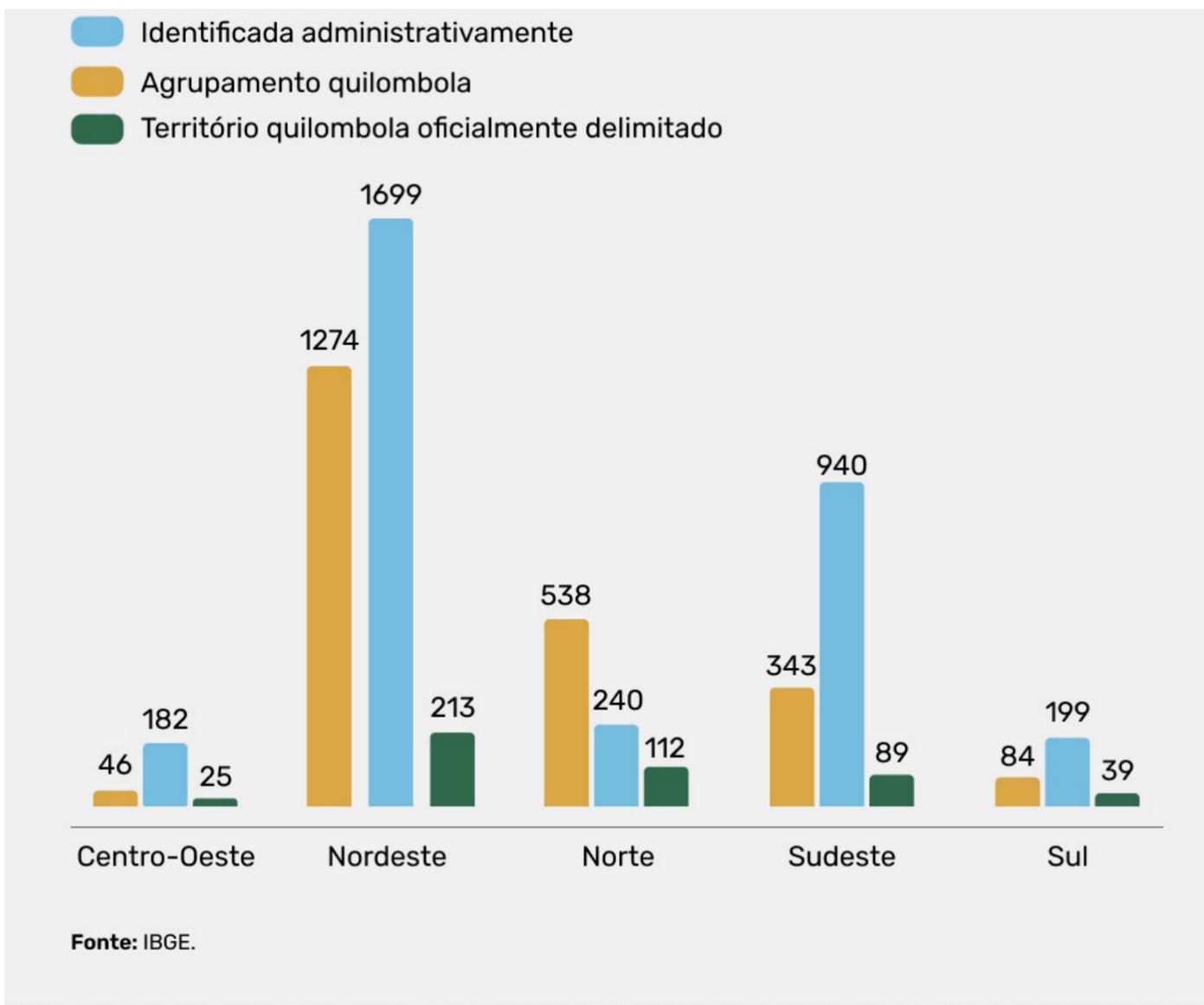
- 8% das Escolas em Áreas Quilombolas sequer contam com esgotamento sanitário de qualquer tipo.** Nem esgotamento público, fossas sépticas ou qualquer outro sistema.

- Entre as 2.561 Escolas, **136 delas (5%) não possuem sequer um banheiro**, de qualquer tipo, seja masculino, feminino, externo ou interno.

- Em **38 Escolas** localizadas em Territórios Quilombolas **não há sequer acesso à energia elétrica.**

Municípios do Brasil onde existem Comunidades Quilombolas

Quanto mais forte a cor, mais Comunidades existem no município



CIDADANIA

Situação é preocupante em todo o país

Célia Cristina é Diretora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) e liderança do Quilombo Acre Santa Maria, em Cururupu, no Maranhão. Segundo Célia, apesar de avanços simbólicos, como a criação de Secretarias Estaduais que dialogam com as populações Quilombolas, a situação segue precarizada em quase todas as Comunidades do Estado.

“As nossas políticas públicas são municipalizadas. Então, às vezes existe um gestor com um olhar mais voltado para a população, mas em muitos lugares os gestores municipais deixam as Comunidades em péssimas condições”, afirma.

A líder comunitária diz ainda que as condições de Educação, Saúde e Infraestrutura variam de uma Comunidade para outra, mas que na maior parte delas o único atendimento de Saúde existente vem de um Agente Comunitário de Saúde, que não consegue lidar com as necessidades da população. Já em relação à Educação, a liderança afirma que mesmo nas Comunidades que possuem Escolas, muitas foram fechadas sob a alegação de baixo número de alunos. As estradas precisam ser mantidas pela própria comunidade e que, na época de chuvas, muitas localidades ficam completamente isoladas.

De acordo com a liderança, apesar de na maior parte das Comunidades haver algum tipo de fornecimento de água e energia elétrica, ela não é adequada para a produção rural ou para o manejo de maquinário agrícola, que poderia permitir o desenvolvimento dos Territórios.



FOTO: ACERVO PESSOAL

Célia Cristina, liderança quilombola maranhense

Em Alagoas, líder comunitária enxerga melhorias nas Comunidades Quilombolas

Raimunda Caetano é liderança da Comunidade Quilombola Jussarinha, localizada na cidade de Santana do Mundaú, Alagoas. De acordo com ela, nas últimas décadas diversas melhorias foram implementadas na sua Comunidade, mas ainda há muito a ser feito.

A líder comunitária explica que médicos visitam frequentemente a Comunidade e que, com uma Escola construída há 30 anos e da qual foi a primeira professora, afirma que o acesso à Educação não é um problema para eles.

FOTO: THIAGO AQUINO / AGÊNCIA TATU



CIDADANIA

“Hoje temos uma Escola, temos energia e temos Transporte Escolar para os meninos maiores, que estudam na cidade. As estradas não são muito boas, mas estamos esperando que a Prefeitura coloque pissarra. Também estamos correndo atrás de algum Programa do Governo que faça casas de alvenaria. Mas estamos vivendo”, relata.

Apesar do local dispor de água encanada, que segundo Raimunda não é de boa qualidade, a maior parte das residências são feitas de taipa e não podem receber o fornecimento público.

Na Bahia os problemas se repetem nas Comunidades Quilombolas

José Ramos é um líder do Quilombo Porto do Campo, no município de Camamu, na Bahia. De acordo com ele, a maior parte das estradas de acesso às Comunidades da Bahia são de terra e ele estima que menos de 10% delas tenham algum tipo de pavimentação.

Além disso, Ramos afirma que a maior parte das Comunidades do Estado não dispõem de água tratada e que cerca de 20% das moradias em Áreas Quilombolas não possuem energia elétrica.

Muitas Comunidades possuem Escolas, em que algumas foram entregues em programas do Ministério da Educação e outras construídas pelas Prefeituras. Segundo ele, o problema é que diversas Prefeituras têm fechado as Escolas das Comunidades.

No entanto, o líder quilombola enxerga avanços nas políticas para Educação Quilombola da Bahia. “Já temos um Fórum de Educação Escolar Quilombola, onde há alguns avanços, como a criação das diretrizes estaduais para a Educação Quilombola e em alguns municípios já existem também diretrizes municipais”, conclui.

FOTO: ANA ALICE MARIA DANTAS / AUTORRETRATO NORDESTE



Comunidade Cajá dos Negros, Batalha – AL

Último Governo paralisou políticas públicas, diz Especialista

De acordo com Danilo Marques, Professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), apesar da precariedade de direitos nas Comunidades Quilombolas serem uma questão crônica, a gestão passada (<https://www.agenciatatu.com.br/noticia/bolsonaro-nao-acabou-com-a-seca-no-nordeste/>) do Governo Federal representou um retrocesso em termos de titulação de terras e implementação de políticas públicas para essas populações.

Para o Professor é fundamental que seja realizado um mapeamento das Comunidades Quilombolas existentes no país, para que haja dados e informações que permitam mais agilidade na titulação das terras, permitindo que possam chegar investimentos a Comunidades.

“Até hoje algumas Comunidades não possuem nem uma Associação de Moradores Quilombolas e isso vai impactar por exemplo na possibilidade de chegada de emendas parlamentares, chegada de políticas públicas que precisam estar ligadas às Associações, que às vezes não tem nem CNPJ”, finaliza.

CIDADANIA

Trabalhadores são resgatados em situação análoga à escravidão em Fazenda de café de Encruzilhada

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

135 anos após a Abolição da Escravatura no Brasil, situações análogas ao trabalho escravo lamentavelmente ainda são registradas no país. Com efeito, o exemplo mais recente aconteceu no último dia 22 de maio, em uma Fazenda no município de Encruzilhada. Na ocasião, vinte e cinco trabalhadores, que eram submetidos a “condições degradantes” e trabalho análogo à escravidão, durante a colheita de café, foram resgatados.

A ação de resgate foi realizada por uma Força Tarefa integrada por Auditores e Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Superintendência Regional do Trabalho na Bahia; Ministério Público do Trabalho na Bahia, Defensoria Pública da União em Vitória da Conquista, Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, além de Agentes da Delegacia da Polícia Federal de Vitória da Conquista e efetivos da Polícia Militar da Bahia.

A operação contou com apoio da Prefeitura Municipal de Encruzilhada, através da Secretaria Municipal de Ação Social, que forneceu alojamento provisório, refeições e disponibilizou instalações para que a Força Tarefa pudesse reunir-se com o proprietário da Fazenda.

Segundo os Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego na Bahia, os trabalhadores resgatados não tinham registro na Carteira de Trabalho e Previdência e não passaram pelo Exame Médico Admissional previsto no Artigo 168 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ainda segundo o Ministério do Trabalho e Emprego na Bahia, os pagamentos pelos serviços prestados somente seriam pagos no final da colheita do café e as Carteiras de Trabalho e Previdência Social estavam retidas pelo responsável pela Fazenda, obrigando os trabalhadores a permanecer no local.

Para também obrigá-los a permanecer na Fazenda, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, os trabalhadores eram impelidos a fazer compras em um “estabelecimento” que vendia a “crédito”, praticando preços muito superiores aos de mercado. De acordo com uma das Agentes que participaram da Força-Tarefa, um quilo de café, no “estabelecimento” custava R\$ 50,00.

Foi constatado que os trabalhadores não tinham direito a horário para o almoço, que era feito em meio ao local de trabalho, sem as mínimas condições de higiene, em pequenos intervalos, geralmente em torno de dez minutos, para possibilitar que pudessem colher a maior quantidade diária de grãos de café possível.

A Força Tarefa constatou, também, que os trabalhadores não utilizavam os Equipamentos de Proteção Individual – o proprietário da Fazenda fornecia apenas luvas - e nem vestimentas adequadas - muitos usando sandálias ou descalços - para a prestação dos serviços. Reforçou ainda que a ausência de vestimentas adequadas, além das condições climáticas – frio e umidade - teriam sido a causa para que pelo menos três dos trabalhadores resgatados apresentassem sintomas de doenças respiratórias, o que exigiu que fossem imediatamente conduzidos a Unidades de Saúde do município.

FOTO: DIVULGAÇÃO MTE BA



Força Tarefa resgatou 25 trabalhadores submetidos a condições degradantes e trabalho análogo à escravidão em Encruzilhada.



Sem roupas adequadas e Equipamentos de Proteção Individual, os trabalhadores não tinham um local apropriado para fazer as refeições.

CIDADANIA

FOTOS: DIVULGAÇÃO/MTE BA



No alojamento que abrigava trabalhadores, inclusive crianças e adolescentes, de outros municípios do Estado, foram constatadas condições precárias de higiene, conservação e segurança.

De acordo com Ministério do Trabalho e Emprego na Bahia, também foi constatado que os trabalhadores eram obrigados, por falta de local adequado, a fazer suas necessidades fisiológicas no chão, na área da colheita. Destacou ainda que o fornecimento de água para beber era inadequado, em vasilhames reutilizáveis, e, no alojamento, que servia para abrigar os trabalhadores de outros municípios do interior do Estado, inclusive crianças e adolescentes, foram constatadas condições precárias de higiene, conservação e segurança. No "alojamento", alguns trabalhadores cozinhavam dentro de pequenos quartos, o que expunha o grupo ao risco de incêndio e intoxicação com gás.

Além do vaso sanitário quebrado, banheiro improvisado e em más condições, sem quantidade suficiente de chuveiros, obrigando o compartilhamento entre homens e mulheres.

Depois de determinar a interdição dos serviços e dos alojamentos, os Fiscais/Agentes da Força Tarefa retiraram os trabalhadores do local, encaminhando-os para uma Escola Municipal onde receberam assistência de Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e de Assistentes Sociais do Centro de Referência em Assistência Social (Cras), intermediados por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, além de alimentação.

Notificado a prestar esclarecimentos sobre a situação, o proprietário da Fazenda, cuja identidade não foi revelada, reuniu-se dois dias depois da Operação (24 de maio) com Auditores da Superintendência na Bahia o Ministério do Trabalho e Emprego e reconheceu a situação inadequada a que estavam submetidos os trabalhadores. No encontro, o fazendeiro comprometeu-se a pagar as parcelas rescisórias que os trabalhadores tinham direito – cerca de R\$ 100 mil reais – além de providenciar transporte para que pudessem retornar a suas cidades de origem, monitorados pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, que ficou encarregada de providenciar a orientação e direcioná-los para recebimento das parcelas do Seguro Desemprego Trabalhador Resgatado.

A Ação não se esgotou com o resgate e encaminhamento dos trabalhadores às suas cidades de origem, onde continuam sendo acompanhadas e recebendo apoio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia e pagamento dos direitos trabalhistas pelo proprietário da Fazenda. Lavrados os Autos de Infração referentes às irregularidades identificadas na operação que resgatou os trabalhadores, o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Superintendência Regional do Trabalho na Bahia, novas sanções deverão ser aplicadas ao proprietário da Fazenda, entre as quais a inserção de sua propriedade/empresa, esgotadas as garantias processuais constitucionais no Processo Administrativo referente ao Auto de Infração específico de trabalho análogo à escravidão, contraditório e a ampla defesa em duas Instâncias Administrativas, na "Lista Suja" (cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão) do Ministério do Trabalho e Emprego. Com base na "Lista Suja", Empresas e Bancos Públicos que assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo podem negar crédito, empréstimos e contratos a fazendeiros e empresários que usam trabalho análogo ao escravo.



Vaso sanitário quebrado e sem as mínimas condições de higiene no alojamento dos trabalhadores resgatados.

CIDADANIA – AUTISMO/TDAH

Autismo e TDAH na Escola: como garantir Educação Inclusiva para crianças Neurodivergentes

Número de diagnósticos vem crescendo no Brasil e escolas precisam estar preparadas para lidar com cada caso

FOTO: FREEPIK



◆ ASCOM - CENTRAL PRESS
centralpress@centralpress.com.br

De Especialista em Especialista, Exame após Exame, uma pessoa Neurodivergente pode levar anos até chegar a um diagnóstico preciso. Transtornos como o Autismo (TEA) ou o Déficit De Atenção com Hiperatividade (TDAH), embora comuns, só passaram a receber atenção da sociedade há poucos

anos, o que faz com que muitos convivam com essas condições sem ter conhecimento. Entender o diagnóstico e pesquisar sobre ele é uma das formas de oferecer mais qualidade de vida a quem o recebe - e a Escola é responsável direta por boa parte do desenvolvimento de crianças e adolescentes com TEA ou TDAH.

O Center of Diseases Control and Prevention (CDC), órgão do Governo dos Estados Unidos, estima que uma a cada 110 crianças tem Autismo. No Brasil ainda não há uma estatística segura sobre o assunto, porque uma pergunta sobre o TEA foi incluída pela primeira vez no questionário do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Ins-

tituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas ainda não tem resultados divulgados. A estimativa é de que, em todo o país, dois milhões de pessoas tenham TEA. No caso do TDAH, a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) aponta que, a nível mundial, algo entre 5% e 8% da população apresenta o transtorno.

O que é preciso observar na Escola?

Com um número cada vez maior de casos diagnosticados, os debates acerca dessas condições vêm,

há algum tempo, ganhando força e se ampliando em busca de soluções para garantir uma vida con-

fortável e saudável para todo esse contingente. E, em certa medida, esses debates passam, necessaria-

mente, pela Escola. Escolher uma Instituição de Ensino é um desafio e, quando a criança tem algum

CIDADANIA – AUTISMO/TDAH

diagnóstico, essa tarefa se torna ainda mais complexa. Algumas dicas podem ajudar nessa missão. De acordo com a especialista pedagógica do Sistema Positivo de Ensino, Wania Burmester, “ao entrar na Escola, deve-se observar atentamente como se é recebido, como a criança é recebida, como as pessoas tratam umas às outras.

Para uma criança aprender, ela precisa de sentir bem, ser acolhida, sentir que acreditam nela. Isso é muito importante na relação de Ensino e Aprendizagem”.

Uma visão humanizada e acolhedora é fundamental, mas não é tudo. A Especialista explica que também é preciso observar a questão pedagógica. “Questione

se a Escola tem um modelo de Plano Educacional Individualizado (PEI) que aponte as habilidades e limitações da criança para que o Plano de Trabalho com ela possa ser traçado e proponha-se a compartilhar o maior número possível de informações sobre seu filho, de modo a compor esse PEI. Que tipo de adaptações essa escola ofere-

ce? Existe um Atendimento Educacional Especializado (AEE), um espaço a que a criança possa ir em momentos em que seja necessário sair da sala de aula? A criança terá um acompanhante nesses momentos ou não? Lembre-se de que a inclusão acontece quando a criança está bem e feliz, mas, principalmente, aprendendo”, alerta.

Além da sala de aula

Mas não basta que a Escola esteja preparada e pronta para fazer as adequações necessárias, é preciso que a família também se comprometa com o aprendizado da criança. Faz parte desse processo, em primeiro lugar, relatar para a Escola quem a criança é, quais suas principais dificuldades e habilidades, os aspectos comportamentais que podem influenciar no dia a dia escolar. Quanto mais informações a Escola tiver, mais fácil será a adaptação. Outro passo importante é acompanhar como

é o relacionamento dela com os colegas, funcionários e professores. Ao abrir um espaço de diálogo franco com a Escola, o retorno será, também, muito sincero, com apontamentos do que está sendo difícil e o que está indo bem.

“Preste atenção a como essa criança vai e volta da Escola, porque criança tem que ir feliz e voltar feliz. É claro que eles não estarão ótimos todos os dias e, em alguns momentos, ficarão tristes porque discutiram com um colega ou levaram bronca de um profes-

sor, isso é normal. Mas tente perceber se, de forma geral, a criança está feliz, gosta da Escola e dos colegas e se remete a eles, seja de forma verbal ou não”, aconselha.

E, quando isso não acontecer, a dica é, antes de tudo, fazer uma autoavaliação. Wania destaca que, instintivamente, é normal ter um instinto de proteção materno ou paterno, o que pode gerar a sensação de que a Escola deveria tratar as crianças da mesma forma que os pais. Mas isso não é verdade. A Escola não é uma extensão

da casa, ou a casa da avó, ou um Espaço Terapêutico, ou mesmo um espaço em que a criança será tratada individualmente o tempo todo. “Algumas frustrações fazem parte. Agora, se depois dessa avaliação eu entendo que não é um exagero meu, então a melhor conduta é ir até a Escola e conversar”, aponta. Abrir o jogo e esclarecer como os pais gostariam que a situação fosse conduzida é saudável e importante para que, juntos, Escola e família cheguem à melhor solução.

Uma rede de amizades

Além das conversas com a Escola, outra atitude que a família pode tomar é se aproximar das famílias das crianças com quem o filho convive. Convidar os colegas para brincadeiras em casa, criar situações em que o filho possa estar com essas crianças fora da Escola

e que os pais possam se relacionar com os demais pais gera uma convivência que pode ajudar a amenizar comportamentos e preconceitos que levam ao bullying, por exemplo.

“Quando envolvemos todo mundo, temos mais chances de

ter bons relacionamentos e aprender a lidar com as pessoas. Depois desses encontros, converse com a criança: ‘veja, seu amigo não gostou disso’. Nomeie os sentimentos para que ela vá aprendendo a reconhecê-los”, afirma. Para muitas pessoas Neurodivergentes, re-

conhecer esses sentimentos nos outros pode ser difícil. Então, é indispensável orientar a criança, relacionando as reações dos colegas a situações pelas quais ela mesma já vivenciou. Isso contribui para a compreensão do outro e melhora as relações.

Cada criança é única

Por fim, é importante lembrar que, ainda que os Transtornos se dividam cientificamente de maneira igual, um diagnóstico é sempre diferente do outro. No TEA há uma in-

finidade de questões que precisam ser levadas em conta na hora de definir como trabalhar com uma criança. E com o TDAH não é diferente. Segundo a ABDA, cerca de 70% das

crianças que têm o Transtorno apresentam outras comorbidades associadas. Assim, cada criança é única e nem sempre será possível, para a Escola, oferecer um tratamento padro-

nizado por diagnóstico. “Não adianta ter uma receita de bolo. O que vai contribuir para uma adaptação adequada é a parceria e a comunicação entre família e Escola”, finaliza.



IVAN MARTHINS
O Fornozeiro da Bahia
☎ 99993-1812 vivo
☎ 99200-1316 TIM



CENTRO ODONTOLÓGICO
Álvaro Coelho
☎ (77) 3424-5136
☎ (77) 99148-0073
📷 @clinicaalvarocoelho
www.clinicaalvaro.com.br

CIDADANIA

135 anos após a assinatura da Lei Áurea, escravidão e racismo ainda são uma triste realidade no Brasil

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

IMAGEM: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL/ARTE MIGALHAS

Há exatos 135 anos, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil. De lá para cá, até porque à época e desde então não se tratou da inserção dos ex-escravizados na sociedade, Até hoje o passado bate à nossa porta. Os fatos comprovam essa triste realidade.

Somente nos primeiros cinco meses de 2023, segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, já foram resgatados mais de 1.200 trabalhadores em situação análoga à da escravidão. Fatos que reforçam a necessidade do preconceito e do racismo estrutural terem de ser combatidos!

A reportagem do JS ouviu o relato de três mulheres negras, que superaram e continuam superando preconceitos e vitoriosas, reforçam o entendimento que as lições da Abolição não foram aprendidas e continuam, 135 anos depois, nesses tempos de tanta superficialidade, falsas narrativas e desinformação, precisando ser resgatadas para que possamos nos reconciliar com a nossa história.



Publicação da Abolição da Escravidão

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



KARLA MYCHELY TELES DE MIRANDA SANTANA

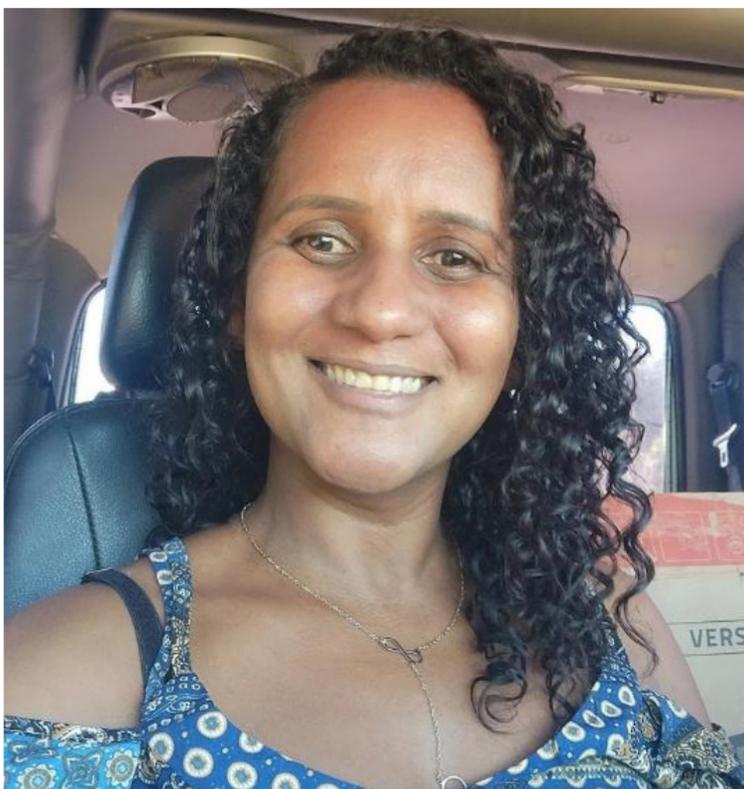
Natural de Iaqu. Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia e Pedagogia pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras. Especialização em Psicopedagogia, pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil. Mestrado em Ciências da Educação, pela Universidad de Desarrollo Sustentable, UDS, Paraguai. Titular, desde 2009, da Secretaria Municipal de Educação de Licínio de Almeida, onde acumula prêmios nacionais e internacionais, com destaque para o título que vem sendo repetidamente conquistado por Licínio de Almeida da Melhor Educação da Bahia (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb).

“Ainda não aprendemos que além do contexto individual do racismo, que seria aquele que se manifesta de forma direta de acordo os comportamentos de indivíduos, também temos o racismo institucional e por consequência estrutural.

Precisamos internalizar que a estrutura de nossa sociedade é racista e trabalhar em desfavor disso. O racismo é um processo social e sendo assim, é necessário refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, política e econômicas. Logo, entender que o racismo não é um ato isolado nos torna mais responsáveis pelo seu combate’.

CIDADANIA

FOTO: REDES SOCIAIS



CLEONICE LOPES DA CRUZ – NICE AGENTE DE SAÚDE

Natural e residente da Comunidade de Lava Pés, na zona rural de Riacho de Santana. Graduada em Serviço Social e Agente Comunitária de Saúde. Vereadora pelo partido dos Trabalhadores

“Temos uma Lei de nº 3.353, que foi denominada de Lei Áurea, assinada em 13 de maio 1888, na qual declara extinta a escravidão no Brasil. Foi sancionada pela Princesa Isabel e de lá para cá, as pessoas que viviam no regime de escravidão passaram a viver de forma livre perante a Lei, porém, ao meu ver, a escravidão ainda continua para muitos, mesmo que de forma disfarçada, porque ainda existe a exploração de pessoas no trabalho, parte da sociedade ainda enxerga as pessoas de cor negra como marginal e sem capacidade. Os negros ainda não são bem aceitos por muitos, que ignoram a Lei. 135 anos já se passaram, mas ao meu ver, a escravidão ainda continua para muitos que sofrem com a desigualdade social, desemprego, baixos salários, falta políticas públicas nesse sentido e o fortalecimento das políticas existentes que ainda são bem frábil e geralmente não chegam para os que realmente tem direito”.



MARIA JOAQUINA DE ARAÚJO SILVA

Natural de Igaporã. Graduada em Direito pelo Centro Universitário UniFG. Pesquisadora em Direitos Fundamentais. Estagiária do Tribunal Federal Regional Federal da 1ª Região, SSJ de Guanambi/BA.

“Falar sobre as lições não aprendidas com a Abolição da Escravatura é algo muito amplo e que envolve uma análise histórica, política e jurídica. Quando se analisa o ensino educacional no Brasil a respeito do período da escravidão, percebe-se que a narrativa, muitas vezes, conforme narra Djamilia Ribeiro no livro “Pequeno Manual Antirracista”, coloca o negro em uma posição passiva, como se a Lei Áurea sancionada pela Princesa Isabel fosse uma benesse dada aos negros escravizados, desconsiderando as circunstâncias socioeconômicas do período, bem como desprezando o impacto da resistência do povo negro na abolição da escravatura.

É importante ressaltar que a Abolição não foi um ato de mera liberalidade da Princesa Isabel, na verdade, a manutenção do negro escravizado no Brasil não era viável para o sistema capitalista. Apesar da temática exigir uma fundamentação detalhada, verifica-se que, quando o Brasil começou a ingressar na dinâmica do capitalismo, com o incentivo à imigração europeia a partir de 1870, o negro passa a ser visto com uma peça arcaica para o sistema, uma vez que o proveito do

trabalho do escravizado era limitado ao seu tempo de vida, o que é não se amolda ao modelo capitalismo.

Somado a isso, é notório que o movimento de resistência do povo negro, e aqui trago como exemplos, o Quilombo dos Palmares (Serra da Barriguiha, Alagoas) e a Revolta dos Malês (Salvador, 1835), era preocupante para os detentores do Poder. Isso porque, por mais que a escravização não fosse mais viável do ponto de vista econômico, a abolição deveria ser “de cima para baixo”, sem que houvesse risco de alteração das dinâmicas de Poder e da estrutura social.

Como resultado dos fatores citados, em 13 de maio de 1888 houve a Abolição da Escravatura, por meio da Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel, motivo pelo qual os negros, depois de 388 anos, deixaram o status de escravizados, mas não receberam nenhuma assistência de como se integrem à sociedade, como se nota na seguinte passagem do livro “A integração do negro na sociedade de classes”, do sociólogo Florestan Fernandes (1973, p.19):

“A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.”

Nota-se que a Abolição deixou os ex-escravizados “largados à própria sorte” e refletir sobre isso é imprescindível para compre

CIDADANIA

ender a dinâmica do descaso a qual os negros sofrem e ainda são submetidos na atual sociedade brasileira. Diante disso, precisamos olhar em volta e ver em quais locais as pessoas negras estão.

Como acadêmica de Direito comumente frequento ambientes acadêmicos e fóruns, e nesses locais é raro observar pessoas negras em posições, por exemplo, como advogados, professores ou magistrados. Desse modo, considerando que os negros correspondem a mais da metade da população brasileira, pela lógica, deveríamos ver negros exercendo funções como médicos, magistrados, advogados, políticos, docentes, dentre outras profissões. Todavia, isso não corresponde à realidade.

Diante disso, devemos nos perguntar o porquê de pessoas negras não serem vistas ocupando tais profissões. Por mais que a resposta não seja simples, o fator para começarmos a entender a situação é compreender o racismo como sendo algo que está na estrutura da sociedade.

No livro "Racismo Estrutural", Silvio Almeida fala que o racismo faz parte da estrutura da sociedade, estando integrada no imaginário social, o qual é reforçado por mecanismos de telecomunicações, fazendo com que a imagem da pessoa negra seja vinculada, frequentemente, à criminalidade e atividades domésticas. No âmbito educacional, o imaginário social também é reforçado, uma vez que obras e contribuições de afrodescendentes são raramente apresentadas nos ambientes escolares.

Ainda, no que tange ao sistema educacional, é preciso ressaltar que a educação é um importante mecanismo de transformação social, razão pela qual é necessário falar sobre o sistema de cotas/ações afirmativas de acesso ao ensino superior no Brasil. As cotas raciais são alvos de controvérsias no âmbito da sociedade, alguns as entendem como sendo algo necessário para a reparação de desigualdades históricas e, outros, acham que elas geram mais injustiças.

Em 2012 o Supremo Tribunal Federal julgou a ADPF nº 186, a qual tinha como objetivo verificar se as ações afirmativas de critério racial eram ou não compatíveis com a Constituição Federal. Na ocasião, os contrários ao sistema de cotas raciais alegaram que as gerações presentes não deveriam ser responsabilizadas pelos erros cometidos no passado, bem como que as desigualdades existentes entre negros e brancos não eram motivadas pela cor e que o sistema de cotas raciais violaria o princípio da igualdade.

Entretanto, o STF decidiu pela constitucionalidade das ações afirmativas de critério racial, salientando, dentre outros fundamentos, que a Constituição Federal não prevê somente a igualdade de todos perante a lei, mas também estabelece a igualdade material, que se relaciona a concretização da igualdade na prática, sendo este o motivo do Estado utilizar polícias públicas direcionadas a grupos sociais determinados, atribuindo a estes certas vantagens, por tempo limitado, para que haja a superação de desvantagens históricas.

Por mais que o STF tenha reconhecido que as cotas raciais são compatíveis com a Constituição Federal, os argumentos contrários continuam, não só relacionados às ações afirmativas, mas também visando negar o racismo no Brasil. A título de exemplo, um dos argumentos que tentam mitigar o impacto do racismo na sociedade brasileira é a expressão "racismo reverso", termo que se popularizou atualmente nas redes sociais e que corresponderia a um tipo de racismo praticado pelas minorias contra as maiorias.

Ocorre que racismo reverso é um equívoco de entendimento sobre o próprio conceito de racismo, como explica Silvio Almeida no livro "Racismo Estrutural", pessoas negras podem ser preconceituosas, mas o racismo é algo sistêmico e se materializa por meio de imposição de desvantagens sociais; assim, não é possível se vislumbrar grupos minoritários impondo desvantagens a grupos majoritários, como seria no caso de pessoas brancas perdendo vagas de emprego ou sendo consideradas suspeitas de crimes em razão da sua cor.

Perante ao exposto, vale salientar que a escravização de pessoas negras no Brasil durou 388 anos; entretanto, se perguntarmos a maioria da população quanto tempo durou esse período, poucas pessoas saberão responder. Então, acredito que é difícil falar sobre as lições não aprendidas com a Abolição, quando é notório que ainda não compreendemos efetivamente o que foi e quais fatores influenciaram a ocorrência da Abolição da Escravatura.

A Lei Áurea tinha somente dois artigos, um declarando a extinção da escravatura no Brasil e, o outro, revogando disposições legais contrárias. Desse modo, temos que ter em mente que esses dois artigos legais não tinham o objetivo "consertar" as atrocidades cometidas em 388 anos de escravidão, pelo contrário, possuíam o escopo de manter a estrutura social de desigualdades que se perpetua até os dias atuais. Logo, a reconciliação como nosso passado só é possível se efetivamente compreendermos a nossa história."

PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE ATO DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.

A Oficial Delegatária **Maria Eulália Viana Leite Cotrim** do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Brumado, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que o **SR. ORMINDO DE SOUZA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, lavrador, residente na Fazenda Santa Barbara, Brumado-Ba. CPF Nº030 648 005-07 **Protocolou** pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na **FAZENDA SANTA BARBARA, Brumado-Ba**, conforme planta memorial descrito e anotação de responsabilidade técnica-ART, apresentada neste Ofício. Alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação para, no prazo de 15 (quinze) dias, interessados incertos, desconhecidos e/ou eventuais interessados, contestem o feito, sob pena de presumir aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Brumado-Bahia, 29 de maio de 2023. A Oficial:

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPÓTECAS
Maria Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial
Rua Teodoro Sampaio, 22 Centro Brumado BA
CEP-46.100-000 Tel. (77) 3441-5524
CNPJ: 13.242.318/0001-20

PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE ATO DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.

A Oficial Delegatária **Maria Eulália Viana Leite Cotrim** do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Brumado, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que o **SR. JOÃO BATISTA AMORIM CAIRES FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente na Avenida Lindolfo Brito 625c.P.F.nº 858.572.095-60 **Protocolou** pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na **Avenida Lindolfo Brito, 625 BRUMADO-BA**, conforme planta memorial descrito e anotação de responsabilidade técnica-ART, apresentada neste Ofício. Alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação para, no prazo de 15 (quinze) dias, interessados incertos, desconhecidos e/ou eventuais interessados, contestem o feito, sob pena de presumir aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Brumado-Bahia, 29 de maio de 2023. A Oficial:

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPÓTECAS
Maria Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial
Rua Teodoro Sampaio, 22 Centro Brumado BA
CEP-46.100-000 Tel. (77) 3441-5524
CNPJ: 13.242.318/0001-20

OPINIÃO



Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE. INTEGRANTE DO GRUPO PENSAR+.

O silêncio dos nada inocentes

Por que a Câmara dos Deputados aprovou a prisão do deputado Daniel Silveira, silenciou perante o “fique em casa” e o “lockdown”, aceitou os primeiros ataques à liberdade de expressão e tolerou que até seus membros fossem sancionados com restrições de direitos de uso das redes sociais?

Por que, como poder de Estado com legitimidade para representação do povo, conformou-se quando a cúpula do Judiciário foi assumindo competências do Governo e do Parlamento?

Por que se aquietou quando ato soberano de concessão de graça a um parlamentar foi jogado à lixeira no plenário do STF? E por que o Senado da República nunca reagiu aos abusos de poder, reelegeu com ampla margem o mais omissivo de seus presidentes e nada faz para conter a onda totalitária que agora conflui ao novo governo? Por que apenas uns poucos e valorosos discursos ousaram protestar contra a violência que caracteriza a cassação do deputado Deltan Dallagnol?

Nesse já longo e sinistro caminho, enquanto tantos se ocupam com a CPI das apostas, das Americanas, das criptomoedas, e outras questões de variado porte, uns poucos e bravos deputados custam a encontrar assinantes para a CPI do abuso de autoridade. Então, cravo aqui mais um “por quê?”.

Há várias respostas, mas a essencial é a enorme distância que nosso sistema de eleição proporcional estabelece entre os parlamentares e os cidadãos, entre Brasília e a Santana do Livramento onde nasci. Em nosso sistema, deputados e senadores só têm contato com quem está na sua bolha. Não são abordados, nem conhecidos. Menos ainda são reconhecidos e cobrados por quem está fora de seu convívio, de suas equipes e dos recursos que liberam em destinações específicas. Cristalizou-se no Brasil um sistema antipovo.

Por isso, temas da cidadania não suscitam interesse do parlamento, a menos que, em surtos de animação, as redes sociais sejam acionadas. Por isso, cá nas escarpas da realidade, longe da planície dos favores, costumamos dizer perante raros congressistas favorecidos por convite para se manifestar em algum canal de tevê: “Esse me representa!”. É o cidadão brasileiro que habita em nós diante de alguém que desviou os olhos dos interesses pessoais e viu a nação, viu a democracia solapada, o estado de Direito corrompido, a liberdade sendo suprimida, os brutamontes se multiplicando e elevando o tom de voz.

Os temas da cidadania morrem à míngua com esse sistema eleitoral! Creia, leitor amigo, voto distrital faz de cada deputado representante de todos em seu distrito, devedor de explicações a quaisquer de seus cidadãos. Se não os representar bem, perde o mandato por decisão daqueles que o concederam. É vacina indispensável à cura da enfermidade que descrevi, capaz de sanar o primado da estupidez e da aberração instalado no país. Sei que isso não é fácil nem para já. Por enquanto, só posso apontar a razão não-monetária pela qual nosso Congresso não lhe dá a mínima bola, cidadão. Os votos da reeleição já estão sendo comprados com recursos da torneira conectada a seu bolso.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE ATO DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.

A Oficial Delegatária **Maria Eulália Viana Leite Cotrim** do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Brumado, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que o **SR. FABIO DIAS VIEIRA**, brasileiro, casado, construtor, residente na Rua Pentecostes 72ª, C.P.F.nº906 052 175-72 **Protocolou** pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na **RUA CEREJEIRA S/N BRUMADO-BA**, conforme planta memorial descrito e anotação de responsabilidade técnica-ART, apresentada neste Ofício. Alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação para, no prazo de 15 (quinze) dias, interessados incertos, desconhecidos e/ou eventuais interessados, contestem o feito, sob pena de presumir aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Brumado-Bahia, 29 de maio de 2023. A

Oficial: 
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPOTECAS
Maria Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial
Rua Teodoro Sampaio, 22 Centro Brumado BA
CEP 46.100-000 Tel. (77) 3441-5524
CNPJ nº 13.242.318/0001-20

Js.

Credibilidade

Mais que uma conquista
Um voto de confiança
que renovamos todos
os dias nos últimos

25 anos

SEGURANÇA PÚBLICA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Núcleo Especial de Atendimento à Mulher é inaugurado em Guanambi

Unidade vinculada à 22ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior vai fortalecer combate à violência doméstica em Guanambi e sua microrregião

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Criado a partir da indignação que tomou conta da sociedade guanambiense e microrregional com o brutal assassinato da Técnica de Enfermagem Alcione Malheiros Teixeira Ribeiro, 42, e sua filha Ana Júlia Teixeira Fernandes, 16 anos, ocorrido em 12 de dezembro de 2021, por inspiração da jornalista, radialista e blogueira Eleniede Lourdes da Silva (Neide Lu) e da vereadora Edimíria – Míria – de Cássia Souza Paes (PSDB), o Movimento “Do Luto à Luta”, vem desde então articulando de um e buscando a viabiliza-

ção dos investimentos necessários para implantação no município de uma Delegacia ou Núcleo Especial de Atendimento à Mulher.

Nas mobilizações, o Movimento argumentou que o atendimento às vítimas de violência doméstica no âmbito da Delegacia Territorial de Polícia Civil de Guanambi não oferecia as condições ideais para que as mulheres agredidas tivessem o melhor suporte e acolhimento, além de não haver, por mais que se verificasse os esforços dos Agentes da Polícia Civil envolvidos, celeridade nos atos e acompanhamentos das medidas protetivas deferidas pela Justiça e a ausência de Delegados Plantonistas e atendimentos aos defensores das vítimas. Essas premissas foram exaustivamente

levadas às autoridades para justificar o atendimento ao pleito.

Paralelamente, o Movimento buscou, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, interlocução com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres da Bahia, visando a implantação no município de uma Unidade do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (Cram), cuja inauguração chegou a ser prevista para o segundo semestre do ano passado, tendo o termo de Cooperação Técnica, entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Guanambi sido formalizado em junho de 2022, prevendo que caberia ao Governo Municipal os

investimentos para manter o funcionamento de toda estrutura, custeio da equipe multidisciplinar e ações locais, e ao Governo do Estado disponibilizar equipamentos e um veículo, adquiridos por meio de Emenda Parlamentar.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (Cram), espaço que tem entre suas atribuições prestar atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, proporcionando atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação da situação de intimidação e agressão, contribuindo para o resgate da autoestima da mulher, finalmente deverá ser inaugurado no próximo mês.

FOTOS: GLEICE SANTANA



Helôisa Campos de Brito, Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia, ladeada por autoridades e representantes do Movimento 'Do Luto à Luta', descerrou a placa inaugurando oficialmente o Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 22ª Coorpin/Guanambi, como uma importante conquista para as mulheres guanambienses e da microrregião.

SEGURANÇA PÚBLICA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Na manhã do dia 22, como resultado das mobilizações e articulações do Movimento “Do Luto à Luta”, que teve apoio da Prefeitura Municipal, foi inaugurado no município o Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam), vinculado à 22ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior (Coorpin/Guanambi), em ato que contou

com as presenças do Subsecretário de Estado de Segurança Pública da Bahia, Delegado da Polícia Federal Marcel Ahringsmann de Oliveira; da Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia e da Diretora do Departamento de Polícia do Interior, respectivamente Delegadas Heloísa Campos de Brito e Rogéria Araújo, e do Coordenador Regional de Polícia Civil

do Interior (22ª Coorpin), Delegado Clécio de Magalhães Chaves.

A Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia, Heloísa Campos de Brito, em seu pronunciamento, no ato inaugural, apontou que a instalação do 10º Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 22ª Coorpin/Guanambi, representa uma importante conquista para as mulheres

guanambienses e da microrregião, que ganham um espaço dotado de todas as condições para oferecer um atendimento e acolhimento à mulher vítima de violência física, psicológica, moral e/ou patrimonial para que ela se sinta segura e protegida para denunciar o agressor e colocar fim em um ciclo de agressões.



A Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia, Heloísa Campos de Brito, destacou a implantação do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 22ª Coorpin/Guanambi, como uma importante conquista para as mulheres guanambienses e da microrregião.

A Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia destacou que a equipe do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 22ª Coorpin/Guanambi, vai trabalhar especificamente não combate e prevenção da violência

contra mulher, com ações de Polícia Judiciária em conjunto com a Polícia Militar, visando reduzir e coibir esses crimes.

A Delegada Heloísa Campos de Brito defendeu a eficácia do tra-

balho desenvolvido pela Polícia Militar, através da Ronda Maria da Penha, e a relevância das ações efetivadas no combate à violência contra mulher. De acordo com a Delegada Geral da Polícia Civil da

Bahia, o trabalho conjunto do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher e da Ronda Maria da Penha se complementam e, juntos, resultam em mais segurança e bem-estar às mulheres.

SEGURANÇA PÚBLICA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER



Vereadora e procuradora Especial da Mulher na Câmara Municipal Edimíria – Míria de Cássia Souza Paes (PSDB) e a Delegada Titular do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 22ª Coorpin/Guanambi, Indira Fátima Rodrigues Marques.

Décima Unidade do Estado, o Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 22ª Coorpin/Guanambi, que terá como titular a Delegada

Indira Fátima Rodrigues Marques, contará com uma equipe própria voltada para o atendimento ao público feminino e com um espaço

amplo e totalmente adaptado para acolher e cuidar, com Salas de Escuta Especial, alojamentos e brinquedoteca para que as mulheres víti-

mas de violência se sintam seguras e protegidas para fazer a denúncia e possam romper o ciclo de abusos e agressões a que é submetida.

Entre os presentes no ato de inauguração do Núcleo Especial de Atendimento 22ª Coorpin, entre outras autoridades e representantes da sociedade civil organizada, o então Comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar (agora comandante do Comando de Policiamento Regional do Meio Oeste/Bom Jesus da Lapa), então MJ PM (atual Cel. PM) Arthur Mascarenhas Fernandes; o vice-prefeito do município, Arnaldo – Nal – Pereira de Azevedo (UB); a vereadora guanambiense, titular da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal e membro do Movimento 'Do Luto à Luta', Edimíria – Míria – de Cássia Souza Paes (PSDB); a vereadora e vice-presidente da Câmara Municipal de Guanambi, Maria Sílvia – Lília – Barros Neves de Souza (UB); o vereador e membro do Movimento "Do Luto à Luta" Paulo Sérgio Costa Pereira (PCdoB), além de representantes do Poder Judiciário e de entidades representativas da sociedade civil organizada.



Entre os presentes na inauguração do Núcleo Especial de Atendimento 22ª Coorpin, além de representantes do Movimento 'Do Luto à Luta', o vereador Paulo Sérgio Costa Pereira (PCdoB); a jornalista Eleniede Lourdes da Silva (Neide Lu); Coordenador Regional de Polícia Civil do Interior (22ª Coorpin), Delegado Clécio de Magalhães Chaves; irmãos da Técnica de Enfermagem Alcione Malheiros Teixeira Ribeiro, que foi assassinada junto com o filho e inspirou a criação do Movimento 'Da Luta ao Luto', Aurimar e Késia Teixeira; sobrinha da Técnica de Enfermagem Alcione Malheiros, Lina Teixeira; as vereadoras Edimíria – Míria – de Cássia Souza Paes (PSDB) e Maria Sílvia – Lília – Barros Neves de Souza (UB) e o vice-prefeito Arnaldo – Nal – Pereira de Azevedo (UB)

SEGURANÇA PÚBLICA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Polícia Civil inaugura sede do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 20ª Coorpin em Brumado

11ª Unidade do Neam reforça Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência no interior do Estado

FOTOS: VINICIUS CAIRES MARTINS

◆ VINICIUS CAIRES MARTINS
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Os dados oficiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia, que apontam para uma redução de 8,6% em relação ao ano passado, nos registros de feminicídio no Estado, sendo que em Brumado, nenhum caso foi assentado, contrariam o Boletim 'Elas vivem: dados que não calam', divulgado no último dia 6 de março pela Rede Observatório da Segurança – iniciativa de Instituições Acadêmicas e da sociedade civil dos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, que se dedica a acompanhar Políticas Públicas de Segurança, fenômenos de violência e criminalidade nessas Unidades da Federação.

Os dados que embasaram o Relatório divulgado pela Rede Observatório da Segura que circula são produzidos a partir de monitoramento diário das notícias veiculadas nos meios de comunicação e nas redes sociais sobre violência e segurança. As informações coletadas alimentam um Banco de Dados que posteriormente é revisado e consolidado pela Rede.

Segundo o "Elas vivem: dados que não calam", diferentemente do que divulgou a Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia, em 2022, a violência contra mulher no Estado registou um aumento de 58% e liderou, na região Nordeste, os de feminicídio.

Dados oficiais ou oficiosos à parte, a realidade é que a violência contra a mulher - todo ato lesivo que resulte em dano físico, psicológico, moral, sexual, patrimonial, que tenha por motivação principal o gênero, ou seja, é praticado contra mulheres expressamente pelo fato de serem mulheres – são preocupantes e, segundo Especialistas, foram potencializados pela pandemia da Covid-19, que além

As articulações e reivindicações do Movimento do Luto à Luta e



das implicações sanitárias e econômicas, trouxe também consigo o fenômeno da subnotificação de casos.

O entendimento é que o isolamento social, estresse e insegurança financeira resultantes das incertezas geradas pela pandemia tenham criado um ambiente propício para essa situação. Soma-se a isso, a constatação que nos últimos quatro anos houve um desmonte nas estruturas de defesa dos direitos das mulheres, que incluem a Rede de Aparelhos, como Delegacias Especiais, Núcleos e Centros de Acolhimento, que também tiveram um impacto direto no crescimento dos casos de violência e na subnotificação.

da vereadora petista Verimar – do Sindicato – Dias da Silva Meira (PT)

Somente em 2022, a subnotificação ocorre quando vítimas de violência não denunciam seus agressores por motivos diversos, que incluem o medo de retaliação e a falta de recursos, além da falta, na maioria dos municípios, de uma estrutura da Polícia Civil que ofereça segurança e acolhimento.

Se a ausência de canais de atendimento específicos às realidades femininas contribui para a distorção das estatísticas de crimes contra as mulheres, considerando que a falta de estrutura nas Delegacias de Polícia Civil desestimulam as denúncias, na região Sudoeste, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia,

foram atendidas no último dia 22, com a inauguração dos Núcleos

por meio da Polícia Civil da Bahia, sinaliza para reversão do quadro ao investir em parceria com Prefeituras (como em Guanambi, veja matéria nesta Edição) ou recursos próprios (no caso de Brumado) para criar espaços no âmbito das Coordenadorias Regionais de Polícia Civil do Interior (Coorpins), criando espaços apropriados e ampliando a Rede de Proteção às Mulheres de regiões, atendendo a reivindicações de movimentos sociais, como o Movimento do Luto à Luta, de Guanambi, e de lideranças políticas, como a vereadora Verimar – do Sindicato – Dias da Silva Meira (PT), de Brumado, que vem desde a gestão do governador Rui Costa dos Santos (PT).

Especiais de Atendimento à Mulher (Neams) de Guanambi e Brumado.

SEGURANÇA PÚBLICA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER



Delegados Heloisa Campos de Brito (Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia), Arilano Kleber Medeiros Botelho (Titular da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior) e Hellen Mara Lages Niva Pierote (Titular do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 20ª Coopin).

Em Brumado, na tarde do dia 22, o ato de inauguração do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam) contou com as presenças do Sub Secretário de Estado de Segurança Pública, da Delegada Geral da Polícia Civil e da Delegada Diretora do Departamento de Polícia

do Interior, respectivamente Marcel Ahringsmann de Oliveira, Heloisa Campos de Brito e Rogéria Araújo, além do titular da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior (20ª Coopin), Delegado Arilano Kleber Medeiros Botelho, além titulares das Delegacias Territoriais

de Polícia Civil dos municípios jurisdicionados à 20ª Coopin, de autoridades, representantes de segmentos organizados da sociedade civil da microrregião e populares.

Em sua intervenção, no ato inaugural, a Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia, Heloisa

Campos de Brito, reforçou o compromisso do Governo do Estado, através da Polícia Civil, de avançar na oferta de serviços especializados para cuidar das mulheres baianas, combatendo todo e qualquer tipo de violência e prendendo todos os agressores.

A Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia sublinhou ainda a importância do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam), como espaço para acolhimento, lembrando que a mulher fragilizada não pode estar exposta ao movimento diário de uma Delegacia Territorial, precisa de um ambiente reservado, onde se sinta acolhida e que incentive a procura por ajuda.

Esse também foi o entendimento expresso pelo Subsecretário de Estado de Segurança Pública, Delegado da Polícia Federal Marcel Ahringsmann de Oliveira, em sua manifestação, quando reafirmou o compromisso do Governo do Estado em investir principalmente na estrutura da Rede de Proteção e Defesa da Mulher no interior do Estado com objetivo de salvaguardar as mulheres vítimas de violência doméstica.

O Subsecretário de Estado de Segurança Pública da Bahia enalteceu a estrutura do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam), pontuando a importância do equipamento como ponto de apoio e acolhimento das vítimas e de prevenção de crimes, inclusive do fe-



Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia, Heloisa Campos de Brito.

minicídio.

O Subsecretário Marcel Ahringsmann de Oliveira destacou ainda a expectativa de que a implantação do Núcleo Especial de Aten-

dimento à Mulher (Neam) e, por consequência, as investigações preliminares que serão desenvolvidas para apurar denúncias ou supostas práticas de violência contra

a mulher tenham a capacidade de dissuadir o crime em si, de identificar os potenciais agressores e, de forma antecipada, impedir a consumação dos delitos.

SEGURANÇA PÚBLICA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER



Subsecretário de Estado de Segurança Pública da Bahia, Delegado da Polícia Federal Marcel Ahringsmann de Oliveira.

O Subsecretário de Estado de Segurança Pública aproveitou para enumerar investimentos do Governo do Estado em Brumado e microrregião que, somados à implantação do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam), vão potencializar não apenas a Segurança Pública como um todo, mas, especificamente no caso do com-

bate e prevenção da violência contra mulher, com destaque para a implantação do Batalhão da Polícia Militar e, por consequência, a possibilidade de criação a Ronda Maria da Penha que trabalha de mãos dadas com as Delegacias e Núcleos Especializadas em Atendimento à Mulher, acompanhando as Medidas Cautelares que são impostas

A 11ª Unidade do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam) do interior baiano, conta com uma equipe composta por experientes Policiais Civis femininas, tem como titular a Delegada Hellen Mara Lages Niva Pierote, que afirmou ao JS que a nova estrutura não só vai aprimorar o atendimento às vítimas, como promoverá um acolhimento eficaz, assinalando que seu trabalho e da sua equipe será combativo na persecução criminal, na identificação e prisão dos autores e na proteção às mulheres vítimas

de violência doméstica para que elas consigam quebrar o ciclo de crueldade no qual estão inseridas.

A Delegada Hellen Pierote completou pontuando que, com a inauguração do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam), incontestavelmente é dado um passo para o resgate da dignidade das mulheres vítimas de violência física, psicológica, moral, sexual e/ou patrimonial, de Brumado e da microrregião atendida pela 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior.

aos agressores.

O Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam), que faz parte da estrutura da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior, sediado em uma residência que passou por obras de adequação para atender ao órgão, localizado na Avenida Otávio Mangabeira, nº 722, no Bairro Nobre,

alugado pelo Governo do Estado, possui em sua estrutura Salas de Atendimento às vítimas, alojamentos e brinquedoteca, entre outros espaços. A Unidade passa a responder pelo atendimento às mulheres vítimas de violência dos 21 municípios que fazem parte da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior.



Delegada Titular do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher da 20ª Cooprin, Hellen Mara Lages Niva Pierote.

Assistência Técnica Especializada na Área Contábil para Prefeituras, Câmaras e Autarquias.
Rua Oscar Silva, 15 - Candeias - Vitória da Conquista - BA
Fone: (77) 3422-9161
kmcontabilidade.assessoria@gmail.com / www.kmcontabilidadepublica.com.br

SEGURANÇA PÚBLICA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER



Delegada Rogéria Araújo (Diretora do Departamento de Polícia do Interior); vice-prefeito de Brumado Édio – Continha - da Silva Pereira (PCdoB); Delegado da Polícia Federal Marcel Ahringmann de Oliveira (Subsecretário de Estado de Segurança Pública da Bahia) e vereadora brumadense Verimar – do Sindicato – Dias da Silva Meira (PT).

Também estiveram presentes à inauguração do Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam) da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior, sediado em Brumado, o vice-prefeito do município, Édio – Continha – da Silva Pereira (PCdoB); a Comandante da 34ª Companhia Independente de Polícia Militar, Major PM Leila Souza Gonçalves Silva; o Delegado Titular da Delegacia Territorial de Brumado, Paulo Henrique de Oliveira; a presidente da Subseção Brumado da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB BA), Ingrid Freire da Costa Coimbra Vieira; o presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública de Brumado, advogado Irenaldo Muniz da Silva; a Coordenadora do Movimento Move Mulher Brumado, advogada Abiara Meira Dias, e a vereadora Verimar – do Sindicato – Dias da Silva Meira (PT), entre outros.

**APURAR. CHECAR.
RECHECAR. INFORMAR.
COMBATER A DESINFORMAÇÃO,
PARA COMBATER O CORONAVÍRUS.**

Duvide do que circula pelas redes sociais. Jornalismo profissional é o melhor antídoto contra a desinformação.

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS
40 ANOS

OPINIÃO



Saulo Pequeno

SAULO PEQUENO, ANTROPÓLOGO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Por um mundo que se contraponha ao racismo

Os ataques racistas (desta semana) ao jogador brasileiro Vini Jr causaram a devida repercussão e exigência por ações concretas para o combate ao racismo, e visibilidade às múltiplas dimensões da violência racial. Celebramos a tomada de decisões, mas também lamentamos que a mesma reação não tenha sido tomada anteriormente contra outras manifestações racistas sobre este jogador, sobre outros jogadores e jogadoras, além de centenas de casos que se repetem com a população negra ao redor do mundo e no Brasil.

O racismo é uma organização da distribuição de poder pelo mundo, que normaliza a subalternização, a animalização, a restrição de oportunidades e ataques sobre as pessoas negras, suas culturas e modos de vida. E por identificar como alvo corpos negros, outros marcadores sociais, como classe social, dinheiro e reconhecimento midiático [como no caso do atleta] são pouco eficazes para reverter o panorama racista e suas violências. Para pessoas sem estes marcadores e especialmente em outras situações de vulnerabilidade, a violência e a impunidade se amplificam.

Em agosto de 2022 a CBF divulgou o “Relatório Anual de Discriminação Racial” que identificou 64 casos registrados de racismo, além de Xenofobia (6 casos), Machismo (15 casos) e LGBTfobia (24 casos). Em tendência crescente de casos registrados em relação a anos anteriores, o relatório aponta para a manutenção de estruturas raciais e a necessidade de identificação, punição e educação para a sociedade como um todo.

Este episódio mostra, mais uma vez, a forma com que a desigualdade racial informa as relações sociais, fere as identidades e autopercepções de pessoas negras, orienta as instituições e implica numa cadeia de consequências e preconceitos sobre diversas dimensões de forma sistêmica. Afinal o racismo não surge nos estádios, mas ao longo de trajetórias de vidas que normalizam a hierarquia racial e se manifestam nesse ambiente. Por outro lado, a normalização das violências, a ideologia de que o racismo é ‘exceção’ ou ‘brincadeira’, a impunidade de autoridades, fazem dos ambientes que reproduzem o racismo poderosas ferramentas para a reprodução da subalternização da população negra.

A projeção de Vini Jr fez com que, desta vez, medidas concretas fossem tomadas, e que a violência seja visibilizada. Esperamos que todas as violências raciais contra a população negra no Brasil e no mundo sejam tratadas com a mesma força e repercussão, para que não seja banalizado o epistemicídio e o genocídio, para que marque um avanço civilizatório, uma organização de mundo que se contraponha ao racismo.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

Não limite seus desafios, desafie seus limites.

anima
SAÚDE E BEM ESTAR

Rua Vereador Paulo Chaves, 52 - Loja O5 - Residencial Parque das Palmeiras - Bairro Jardim Brasil
Email: animasaudebemestar@gmail.com

(77) 9 9946-1708

PILATESANIMA

ANIMA PILATES

SAÚDE DA MULHER – SAÚDE MENTAL MATERNA

Precisamos falar sobre a Saúde Mental Materna

◆ **LU ROSÁRIO – ESPECIAL PARA O JS**
jornalismo@jornaldosudoeste.com

O mês de maio é particularmente especial para as mães. Neste momento, fala-se muito sobre cuidado e amor, mas também romantizam a Maternidade e, muitas vezes, esquecem que por trás de toda mãe há uma mulher que acumula afazeres e responsabilidades todos os dias. Elas são Enfermeiras, Babás, Cozinheiras, Professoras, Psicólogas entre outras inúmeras funções, mas também alguém que pode estar com a Saúde Emocional abalada e com muitas questões internas que precisam ser trabalhadas a favor do seu bem-estar e maior qualidade de vida.

Há uma máxima que diz que “quando nasce uma mãe, nasce também uma culpa”, o que, segundo Psicólogos, reflete o paradigma vigente da Maternidade de que a boa mãe é aquela que se doa completamente em termos físicos, emocionais, psicológicos e intelectuais e gera, inevitavelmente, frustração e culpa na grande maioria das mulheres quando experimentam a Maternidade.

Para falar sobre Saúde Mental Materna, o JS entrevistou, com exclusividade, por videoconferência, a Psicóloga Clínica, Perinatal e de Parentalidade malhada-pedrense Andréia Feitosa Balbino Martins, que atende presencialmente e online ajudando mães a se prepararem para a Maternidade real, além de trabalhar com um Grupo de Mães – “Cuidar de quem cuida” – cujo foco é acolher essas mulheres, promovendo uma troca de experiências para ajudar as mães a viver a maternidade de uma maneira mais tranquila.

Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE: O que é a Saúde Mental Materna?

ANDRÉIA FEITOSA: A Saúde Mental Materna é algo pouco falado e ainda não temos muitos profissionais na área da Psicologia que vão para essa linha de trabalho. Muitas mães estão adoecendo emocionalmente, às vezes até pela sobrecarga de funções. A vida de mãe, no senso comum, é romantizada. Muitas vezes, ela sofre calada por não ter coragem de falar o que sente e por não ter apoio. Com isso, temos mães com altos níveis de ansiedade, depressão e até pensamentos suicidas. Inclusive, tem uma campanha, chamada Maio Furta-cor, que visa a Saúde Mental Materna com o objetivo de tornar esse assunto uma questão de Saúde Pública.



Psicóloga Clínica, Perinatal e de Parentalidade Andréia Feitosa Balbino Martins

JS: O que é exatamente o Puerpério e o que ele pode trazer de consequências psicológicas para a mulher?

ANDRÉIA FEITOSA: A gente considera o Puerpério a partir do momento em que a mulher ganhou o seu bebê. Em relação à Saúde Física, considera-se o Puerpério até os três meses de vida do bebê. Na Psicologia, é considerado até os 2 anos de idade da criança, porque essa mulher está vivenciando uma situação nova em sua vida. Para a mãe do primeiro filho, ela nunca vivenciou todas as questões que a Maternidade traz. O Puerpério depende muito do relacionamento da mulher com a sua rede de apoio, de como está o seu emocional e assim por diante.



Temos também o Baby Blues, que é uma condição de Exaustão Mental que ocorre assim que a mulher ganha bebê. Isso acontece porque ela não tem rede de apoio, não está conseguindo dormir, nem se alimentar direito. Porém, o Baby Blues vai embora. Se passaram 15 dias após a chegada do bebê e essa mãe conseguiu ir se adaptando à nova rotina, ela vai voltar ao normal de forma bem positiva. Se ela não conseguir administrar isso, é onde ela vai precisar de ajuda profissional.



JS: Quais são os Transtornos Mentais mais comuns em gestante e puérpera?

ANDRÉIA FEITOSA: De modo geral, a gestante passa os três primeiros meses com aquela ansiedade do medo sobre a gestação dar certo ou não. Do quarto ao sexto mês, ela fica mais tranquila e já sabe o sexo do bebê. Nos últimos três meses, volta a ansiedade porque “está na hora, será que vai dar tudo certo?”. Dentro do limite que não prejudique suas noites de sono, a gente considera isso normal no período da gestação. Mulheres que já têm alguma patologia antes de engravidar, quando engravidam, vivenciam toda essa questão de hormônios, crescimento da criança e transformação do corpo. Com isso, tais patologias podem vir à tona. Por exemplo, a Depressão é logo vinculada à gestação, mas às vezes a mulher já existia antes de engravidar. Já alguns casos de Depressão podem acontecer durante a gestação e no pós-parto por uma situação traumática durante o parto, impactando muito em seu emocional. Temos também o Baby Blues, que é uma condição de Exaustão Mental que ocorre assim que a mulher ganha bebê. Isso acontece porque ela não tem rede de apoio, não está conseguindo dormir, nem se alimentar direito. Porém, o Baby Blues vai embora. Se passaram 15 dias após a chegada do bebê e essa mãe conseguiu ir se adaptando à nova rotina, ela vai voltar ao normal de forma bem positiva. Se ela não conseguir administrar isso, é onde ela vai precisar de ajuda profissional.

JS: Por que a senhora diria que, nessa fase, a Psicologia Perinatal é tão importante?

ANDRÉIA FEITOSA: A Psicologia Perinatal estuda desde quando a mulher pensa em engravidar. O Psicólogo Perinatal pode acompanhar o Planejamento Familiar como, por exemplo, um casal que está querendo engravidar, mas por questões emocionais não consegue. A Perinatalidade, então, vem para cuidar desde esse início. Na gravidez, o Psicólogo Perinatal também atua com aquelas mulheres que não estão felizes por diversas questões, dentre elas o não planejamento da gestação. Também trabalhamos com a gestante na prevenção de adoecimentos psíquicos. No pós-parto, auxiliamos. Já a Parentalidade é quando acompanhamos um pai, uma avó que venha a precisar.

JS: Que aspectos podem acender uma luz do tipo “preciso de ajuda profissional para cuidar da minha Saúde Mental” no cotidiano da Puérpera?

ANDRÉIA FEITOSA: Quando a Puérpera não dorme direito, quando está em alto nível de irritabilidade, muito nervosa, ansiedade em excesso, principalmente quando há preocupação excessiva, e quando ela acha que não vai dar conta. Quando a Puérpera dá um desses sinais, é hora de procurar ajuda antes que se torne

SAÚDE DA MULHER – SAÚDE MENTAL MATERNA

algo patológico.

JS: Como esses Transtornos são diagnosticados?

ANDRÉIA FEITOSA: A gente trabalha com a escuta ativa bem qualificada. Tem situações que precisamos passar para o Psiquiatra e, com ele, é que fechamos o diagnóstico. Em algumas situações, a gente precisa do companheiro ou da mãe da pessoa, por exemplo, para colher dados e, assim, tentar chegar ao diagnóstico.

JS: Que sugestões de autocuidado a senhora daria para Puérperas?

ANDRÉIA FEITOSA: A gente não pode esquecer que temos uma vida e, assim que a mulher ganha a criança, ela se anula um pouco. Então quando você vai ver aquela mãe, por exemplo, ela não escuta mais a música que gosta, nem conversa mais com a vizinha. Nos primeiros dias, essa mãe precisa estar mais atenta para identificar os cuidados do bebê, mas a gente não pode esquecer que ela não pode se anular enquanto pessoa. Então, após essa fase, ela precisa voltar a fazer as atividades que ela gostava e que lhe faziam bem. Ela não pode esquecer que também precisa ter vida social.

JS: A senhora também tem dicas para pessoas que estão convivendo com a Puérpera?

ANDRÉIA FEITOSA: É necessário ter um olhar mais humanizado para a Puérpera. Quem está com ela deve deixá-la aprender a ser mãe. Há pessoas que querem ajudar cuidando do bebê. A Puérpera precisa viver esse momento sem limitações. Quem está com ela precisa tentar apoiar, então é muito mais fácil, por exemplo, deixá-la cuidar do bebê enquanto você faz afazeres de casa. Deixe a mãe viver a questão da maternidade.

“

Tem um ditado que fala “é preciso de uma aldeia para cuidar de uma criança”, mas a gente vê uma mãe sozinha. A mãe é sempre responsabilizada pela criação do filho como se fosse a única a fazê-lo. A mãe, portanto, está sempre exausta. Quando é uma mãe solteira, isso é ainda pior. Como ela fica mentalmente? Quando não vai para uma patologia, ela apresenta um alto nível de irritabilidade por conta da exaustão.

”

JS: Diz um ditado que ser mãe é “padecer no paraíso”. A senhora concorda que romantizar o sofrimento – vamos chamar de carga mental - de uma mãe é anulá-la como ser pensante e atuante, apontando que ela não precisa de apoio e auxílio para criar uma criança?

ANDRÉIA FEITOSA: Essa é uma frase que não colabora com essa mãe. Tem um ditado que fala “é preciso de uma aldeia para cuidar de uma criança”, mas a gente vê uma mãe sozinha. A mãe é sempre responsabilizada pela criação do filho como se fosse a única a fazê-lo. A mãe, portanto, está sempre exausta. Quando é uma mãe solteira, isso é ainda pior. Como ela fica mentalmente? Quando não vai para uma patologia, ela apresenta um alto nível de irritabilidade por conta da exaustão.

JS: Na opinião da senhora, que impactos na Saúde Mental essa romantização do sofrimento provoca na mulher?

ANDRÉIA FEITOSA: Eu acho que o fato dela não falar do seu sofrimento. Como é muito romantizado, como eu vou falar que eu estou sofrendo? Como eu vou falar que “eu não estou dando conta”? Uma mãe, então, vai se fechar, sofrer, chorar escondido e demonstrar que está tudo bem. Na verdade, ela é uma mãe que está urgentemente precisando de ajuda. Então eu acho que o maior impacto é o silenciamento.

JS: Que mensagem a senhora gostaria de deixar para os leitores do JS, principalmente para a Gestantes e Puérperas?

ANDRÉIA FEITOSA: Cuide do seu bem-estar emocional – seja na gestação, no pós-parto ou até mesmo quando sua criança já estiver com seis meses, um ano, dois em diante. Enfim, nunca é demais cuidar da nossa Saúde Mental. Infelizmente, a gente ainda se depara com a questão do preconceito em ir ao Psicólogo e Psiquiatra. Para alguns, é uma questão de fraqueza, então é por isso que eu digo: invista em seu cuidado físico e emocional.

JS: E para as pessoas que convivem com elas?

ANDRÉIA FEITOSA: Minha mensagem é: escute-as, tenha paciência e observe. Essa questão de observar é muito importante porque somente quem convive é que vai perceber se tem algo errado, às vezes não é a própria pessoa. Para isso, tem que observar com muito carinho e sem julgamentos porque pode ser que ela esteja precisando de ajuda.

FOTO: LU ROSÁRIO



ANDRÉIA FEITOSA BALBINO MARTINS Psicóloga Clínica, Perinatal e da Parentalidade

Atendimento Online e Presencial

Clínica Diagnóstica

Endereço: Rua Manoel Monteiro - Centro - Malhada de Pedras – BA

Contato: (77) 98835-5978

Instagram: @psicogestantes

Graduada em Psicologia pela Universidade Braz Cubas em São Paulo. Pós-Graduação de Aperfeiçoamento em Psicologia Perinatal e da Parentalidade pelo Instituto Mater Oline. Cursos de Pré-Natal Psicológico pela EPP - Escola de Profissionais da Parentalidade.

SAÚDE – CÂNCER DE PELE

Dermatologista Vanessa Lacerda esclarece as principais dúvidas sobre Câncer de Pele

Médica Dermatologista orienta sobre prevenções, tratamento e causas do Câncer de Pele, que segundo o Inca, entre 2023 e 2025, deverá acometer mais de 220 mil pessoas

◆ GABRIELA OLIVEIRA DE JESUS

jornalismo@jornaldosudoeste.com

A Pele é o maior órgão do nosso corpo e, apesar da sua importância, muitas vezes deixamos de manter cuidados básicos para mantê-la saudável, é aí que podem surgir complicações, como os Cânceres de Pele. Os cânceres de pele podem ser divididos em Não Melanoma (Carcinoma Basocelular e Carcinoma Espinocelular) e Melanoma. O Carcinoma Basocelular é o mais frequente na população brasileira e menos agressivo. Costuma apresentar áreas com protuberância, com borda mais elevada e cor mais avermelhada, com pequenos vasos de sangue. Já o Carcinoma Espinocelular, segundo mais frequente, porém, mais agressivo que o Basocelular, tem como característica sinais com aparência endurecida, uma Úlcera que lembra um machucado que não cicatriza.

O Tumor Maligno mais incidente no Brasil é o Não Melanoma. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), são esperados 704 mil casos novos de Câncer no Brasil para cada ano do triênio 2023-2025. Desse total 31,3% serão de Câncer de Pele.

O principal fator de risco para o desenvolvimento do Câncer de Pele é a exposição à radiação solar excessiva e sem proteção, que provoca alterações celulares na Pele. Pessoas de Pele clara, com pintas e manchas, idosos e aquelas que possuem histórico de Câncer de Pele na família estão mais sujeitos a desenvolver a doença. Assim como, quem também se expôs muito ao sol ao longo da vida. Isso não significa que a pessoa de pele escura não venha a desenvolver o Câncer de Pele.

Outro fator que também oferece alto risco de desenvolvimento de Câncer de Pele, mais do que a exposição aos raios solares, é o Bronzeamento Artificial. Isso ocorre porque elas emitem altos níveis de UVA, a Radiação Ultravioleta, de maior risco para a doença.

Alguns sinais e sintomas podem ser observados que levam o paciente a suspeitar do Câncer de Pele, como alterações nas lesões de Pele, como coceira, crescimento, sangramento e presença de ferida que não cicatriza, e acomete com mais frequência nas regiões da face mãos e tronco, que ficam mais expostas ao sol.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Médica Dermatologista Vanessa Lacerda Rezende

SAÚDE – CÂNCER DE PELE

No mês de maio, mês dedicado à conscientização, prevenção e diagnóstico do Câncer de Pele, a reportagem do JS conversou com a Médica Dermatologista Vanessa Lacerda Rezende, que o que é a doença, os tipos – Melanoma e Não melanoma – os sintomas, as formas de tratamento, além dos cuidados que podem e devem ser observados para manter uma Pele saudável, além da importância do diagnóstico e tratamentos precoces.

Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE: O que é o Câncer de Pele e quais as suas principais causas?

DRA. VANESSA LACERDA REZENDE: o Câncer de Pele é uma proliferação anormal das Células da Pele, e o Câncer é quando ele tem a capacidade de invadir ou fazer metástase ou invadir localmente. Ele é sempre maligno. E a principal causa é que, em cerca de 90% dos Cânceres de Pele, dos mais comuns acontecem por conta da exposição à Radiação Ultravioleta. Mas existem fatores genéticos que podem originar o Câncer de Pele. A pessoa já tem a mutação e vai ter o Câncer de Pele por essas mutações que já vem da genética. E exposição a alguns agentes tóxicos que podem gerar o Câncer de Pele como o Arsênio e outros.

JS: Qual a diferença entre o Câncer de Pele Basocelular, Espinocelular e o Melanoma?

DRA. VANESSA LACERDA REZENDE: Nós temos três tipos de Câncer de Pele que são: o mais comum de todos aqui no Brasil, que é o Carcinoma Basocelular, depois vem o Carcinoma Espinocelular e o Melanoma. A diferença entre eles é o tipo de célula que se prolifera e o comportamento também. O Basocelular se origina em uma camada da Epiderme chamada Basal, e ele tem um comportamento menos agressivo do que o Espinocelular, que faz geralmente uma invasão local e raramente vai fazer Metástase. Já o Espinocelular se origina em uma camada chamada espinhosa da epiderme, esse já tem uma capacidade maior de Metástase e é mais agressivo do que o Basocelular. O Melanoma, dos três, é o mais agressivo, a principal causa da mortalidade em Dermatologia. Ele tem origem nos Melanócitos, que são Células que já não estão na Epiderme, ele fica próximo da Camada Basal da Epiderme. E é a mutação desses Melanócitos que vai gerar o Melanoma. Ele corresponde a cerca de 5% dos casos de Câncer, e ele tem capacidade de Metástase e a distância, pode fazer Metástase para o Cérebro, para o Pulmão, Fígado. Então, assim, basicamente o tipo de célula que origina cada Tumor e a agressividade também é o que diferencia um do outro.

JS: Qual o perfil das pessoas que estão mais suscetíveis a desenvolver o Câncer de Pele?

VANESSA LACERDA REZENDE: Sim. Existem os fatores de risco. Principalmente para as pessoas de Pele Clara, cabelos claros, olhos claros têm uma suscetibilidade maior, porque eles têm uma quantidade menor de Melanina na Pele. Então, a Radiação Ultravioleta vai incidir ali na Pele gerando as mutações que é aquilo vai gerar o Câncer de Pele. São os principais fatores de risco, mas isso não quer dizer que uma pessoa de Pele Negra, uma pessoa de Pele Morena não vá desenvolver o Câncer de Pele. Pode acontecer, porque tem a questão genética também influenciando.

JS: Os tratamentos estéticos, como Bronzeamento Artificial, podem influenciar no desenvolvimento do Câncer de Pele?

VANESSA LACERDA REZENDE: Sim. Inclusive ele é proibido, essas Câmaras de Bronzeamento Artificial, porque tem uma Radiação Artificial ali que faz queimaduras na Pele e gera alterações, mutações de DNA. Então, sim. Influencia sim.

JS: A partir de qual idade o Câncer de Pele começa a surgir?

VANESSA LACERDA REZENDE: Na infância é raro de acontecer, mas pode acontecer. Geralmente a gente vê a partir dos 50 ou 60 anos. Porque o sol tem um efeito cumulativo, os danos que o sol vai causando ao longo da vida na infância, juventude, na idade adulta, só aparecem anos depois entre a 5ª e a 6ª década de vida onde ocorre a maior incidência de Câncer de Pele. Mas isso não quer dizer que pessoas mais jovens, de 30 ou 20 anos, não tenham, é menos comum, mas não significa que não pode acontecer.

JS: As pessoas negras tendem a desenvolver menos o Câncer de Pele do que as de Pele Clara. Quais os cuidados que elas devem ter com a Pele?

VANESSA LACERDA REZENDE: Principalmente o uso do Protetor Solar. Essa é uma orientação superimportante. E as recomendações de uso do Protetor Solar para uma pessoa de Pele Negra são as mesmas recomendações para as pessoas de Pele Clara, que é o uso (do Protetor Solar) de três em três horas, reaplicando na quantidade certa. Que a quantidade certa é sempre o que eu costumo falar a "regra da colher de chá", uma colher de chá para a face e pescoço, uma colher de chá para cada braço, duas colheres de chá para a região anterior do tronco, duas colheres de chá para a região posterior do tronco e duas colheres de chá para cada perna. Sem esquecer das extremidades, orelhas, mãos e pés. Inclusive, tem um tipo de Câncer que é comum de se desenvolver em pessoas negras, que é o Melanoma de Extremidades, da Região Acral, que é planta do pé, no dedão. Inclusive o cantor Bob Marley faleceu de Melanoma na Região do Hálux (dedão do pé). Então, aqui na Bahia nós temos uma maior incidência de Melanoma Acral porque temos uma maior população negra. Então, pode acontecer.

JS: A senhora tem percebido algum aumento significativo no número de pacientes com Câncer de Pele?

VANESSA LACERDA REZENDE: Sim. Principalmente porque eu atendo muitos pacientes que tem um passado de trabalho na zona rural, esse aumento é notório, principalmente nesses pacientes. Porque geralmente eles tiveram uma exposição muito intensa ao sol no passado, aí esses pacientes já estão na 5ª, 6ª ou 7ª década de vida. E eu recebo bastante pacientes nessas condições de Câncer de Pele.

JS: Quais os principais sinais que a pessoa pode observar e suspeitar que pode ser um Câncer de Pele?

VANESSA LACERDA REZENDE: Um sinal na Pele que surgiu de novo, uma ferida que não está cicatrizando, um sinal que sangra com facilidade, uma pinta que passa a apresentar múltiplas cores, por exemplo, preto, cinza ou marrom, assimétrica, bordas irregulares e está crescendo muito rápido.

FOTO: DIVULGAÇÃO



"... E as recomendações de uso do Protetor Solar para uma pessoa de Pele Negra são as mesmas recomendações para as pessoas de Pele Clara, que é o uso (do Protetor Solar) de três em três horas, reaplicando na quantidade certa".

SAÚDE – CÂNCER DE PELE

“

O tratamento padrão ouro para o Câncer de Pele é a cirurgia para retirar essa lesão. E essa lesão tem que ser retirada com uma margem de segurança para que a gente não deixe nenhum resquício de Celular Tumoral ali ou ocorrer um retorno do Tumor.

”

JS: Como é feito o tratamento no caso do diagnóstico positivo para o Melanoma ou Carcinoma?

VANESSA LACERDA REZENDE: O tratamento padrão ouro para o Câncer de Pele é a cirurgia para retirar essa lesão. E essa lesão tem que ser retirada com uma margem de segurança para que a gente não deixe nenhum resquício de Celular Tumoral ali ou ocorrer um retorno do Tumor.

JS: No caso a pessoa fez o tratamento, fez todo o acompanhamento, a doença pode reincidir?

VANESSA LACERDA REZENDE: Pode. Pode recidivar sim, o Tumor pode voltar se não for retirado de forma completa ou pode ocorrer uma pessoa que já teve um Câncer de Pele desenvolver outro Câncer de Pele.

JS: O que a falta de um tratamento adequado ou um não tratamento pode ocasionar para esse paciente?

VANESSA LACERDA REZENDE: Se o paciente não for tratado corretamente ou de forma precoce, esse Tumor pode evoluir, essa evolução pode levar a Metástase de alguns tipos de Tumores levando o paciente à morte. E na face, um Tumor que cresce na face e invade estruturas nobres como olho, nariz, pode ter complicações estéticas e funcionais, por exemplo, perder um olho ou ter uma deformidade no nariz e muitas vezes esses Tumores podem ficar até incuráveis, porque se ele invade a região da pele e aprofunda, e entra em algum seio da face pelo caminho de um Nervo, então fica um Tumor inoperável e incurável. Posteriormente, pode levar o paciente à morte.

JS: Porque é importante manter os cuidados com a proteção da Pele mesmo em dias frios?

VANESSA LACERDA REZENDE: Porque mesmo nos dias frios existe uma penetração dos Raios Ultravioletas na superfície da terra, e a gente sabe que o efeito cumulativo dessa Radiação é o que vai ocasionar o Câncer de Pele. Então, nós devemos sempre estarmos protegidos. Assim, mesmo nos dias frios em que a gente não sente a temperatura, o calor da temperatura, a gente também está recebendo a Radiação Ultravioleta. Então precisa se proteger.

JS: Qual a importância de procurar um Dermatologista regularmente?

VANESSA LACERDA REZENDE: A recomendação é que procure um Dermatologista pelo menos uma vez ao ano para avaliação corporal, ver as pintas, os sinais. Porque o Câncer de Pele quando a gente faz um diagnóstico precoce a cirurgia é muito menos e as chances de cura são muito maiores. Então, é importantíssimo essa avaliação.

JS: A senhora gostaria de acrescentar algo mais?

VANESSA LACERDA REZENDE: Sim. O que eu sempre falo é que não é só usar o Protetor Solar e achar que está protegido. A gente tem que procurar estar em ambientes com sombra, usar medidas mecânicas para se proteger, como o uso de blusas com Fator de Proteção UV, uso de óculos escuros, chapéus e evitar o sol nas horas críticas que é de 10 da manhã às 16h da tarde.

FOTO: DIVULGAÇÃO

**VANESSA LACERDA REZENDE****Dermatologista**

Atende em Vitória da Conquista:

Endoderma – Endocrinologia e Dermatologia

Av. Otávio Santos, 227, Sala 308 - Médico Otávio Santos

Telefone: +55 77 99904-6664

Instagram: <https://www.instagram.com/>

Graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com Especialização em Cirurgia Dermatológica com foco no Câncer de Pele pela Faculdade de Medicina do ABC (FMABC).

CORRIJA O JS.

**ENCONTROU UM ERRO NO JS,
POR FAVOR, NOS CORRIJA,
ENVIE UM E-MAIL PARA :**

erramos@jornaldosudoeste.com

**NOS AJUDE A CONTINUAR TRABALHANDO COM
TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE**

Jornal ◆
do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

www.jornaldosudoeste.com

SAÚDE – DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS

Maio Roxo: As Doenças Inflamatórias Intestinais ainda são negligenciadas e desconhecidas, inclusive por Profissionais da área de Saúde, afirma Médico Coloproctologista

◆ GABRIELA OLIVEIRA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

As Doenças Inflamatórias Intestinais (DIIs), são um grupo de Doenças Crônicas que afetam o Sistema Gastrointestinal e afetam mais de cinco milhões de pessoas globalmente. As mais conhecidas são a Doença de Crohn (Doença Inflamatória que afeta, normalmente, a parte inferior do Intestino Delgado, o Intestino Grosso ou ambos) e a Retocolite Ulcerativa ou Colite Ulcerosa (Doença Inflamatória que atinge o Cólon e o Reto).

A doença, segundo a Associação Brasileira de Colite e Doença de Crohn (ABCD), atinge cerca de 10 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, a prevalência varia de 12 a 55 pessoas para cada 100 mil habitantes, com idades entre 15 e 35 anos. Embora as causas exatas das Doenças Inflamatórias Intestinais ainda sejam desconhecidas, há alguns fatores de risco que podem aumentar a probabilidade de desenvolvimento dessas doenças, como histórico familiar, tabagismo, uso prolongado de medicamentos anti-inflamatórios e consumo excessivo de álcool.

As Doenças Inflamatórias Intestinais apresentam sintomas diversos, tendo como mais frequentes as mudanças no hábito intestinal, como a dor abdominal, diarreias frequentes, sangramento retal, fadiga, febre e dor articular.

A Doença de Crohn e a Retocolite Ulcerativa ou Colite Ulcerosa, fazem parte de um grupo de doenças que não têm cura, mas que diagnosticadas e tratadas precocemente asseguram ao paciente uma melhor qualidade de vida. O diagnóstico é feito através do Exame de Colonoscopia.

Por apresentar sintomas similares aos de outras doenças, muitas vezes as Doenças Inflamatórias Intestinais são confundidas com Gastroenterites ou Alergias Alimentares e, conseqüentemente, os pacientes recebem um diagnóstico tardio. Em média, o atraso no diagnóstico é de cinco anos, o que justifica a importância da Campanha Maio Roxo, da Associação Brasileira de Colite Ulcerativa e Doença de Crohn, que tem como foco alertar a importância do diagnóstico precoce das Doenças Inflamatórias Intestinais que afetam o Sistema Digestivo, pois a demora no início do tratamento adequado pode levar a complicações como Estenose e Perfuração Intestinal

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



Médico Coloproctologista Ítalo Filipe Amorim. Foto: Gabriela Oliveira

SAÚDE – DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS

Para falar sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais, causas, sintomas, diagnóstico e tratamentos, o JS conversou com o Médico Coloproctologista Ítalo Filipe Amorim.

Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE: O que são Doenças Inflamatórias Intestinais?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: As Doenças Inflamatórias Intestinais correspondem a um espectro de doenças que vão levar a uma inflamação crônica do Trato Digestivo elas podem acometer da boca até a região anal, mas podem, também, apresentar manifestações extra intestinais, ou seja, fora do Aparelho Digestivo.

JS: Quais são os tipos de Doenças Inflamatórias Intestinais?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Nós temos duas grandes representantes das Doenças Inflamatórias Intestinais, que são a Doença de Crohn e a Retocolite Ulcerativa, apesar de termos também alguns outros espectros como a Colite Indeterminada. Mas essas (Doença de Crohn e Retocolite) são as duas principais.

JS: Qual a incidência das Doenças Inflamatórias Intestinais?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: A Doença Inflamatória Intestinal tem aumentado muito a sua incidência nos últimos anos, isso muito em decorrência do processo de industrialização. Então, ela já corresponde a mais ou menos 5 milhões de pacientes no mundo acometidos por Doenças Inflamatórias Intestinais.

JS: Existe uma faixa etária para desenvolvimento das DIIs?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Geralmente são doenças que acometem pacientes mais jovens, na faixa etária entre 15 a 35 anos, uma idade mais produtiva. Seja nas Universidades, no trabalho. Essa doença pode acometer qualquer idade, porém o pico de incidência é em adultos jovens.

JS: As Doenças Inflamatórias Intestinais chegam a ser incapacitantes ou não?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Em algumas situações, sim. Dependendo da gravidade da doença, interfere muito na qualidade de vida, e esses pacientes podem evoluir com complicações da doença.

JS: O que causa as Doenças Inflamatórias Intestinais? O fator genético influencia para o desenvolvimento das Doenças Inflamatórias Intestinais?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Influencia sim. A Etiologia da Doença Inflamatória Intestinal ainda é um pouco incerta, mas a gente sabe que ela acaba agregando vários fatores. Então, temos Fatores Genéticos, são mais de 300 Genes envolvidos aí na questão do aparecimento das Doenças Inflamatórias Intestinais, fora isso a gente tem Fator Psicológico, o Estresse hoje talvez seja o maior fator relacionado a ativação e aumentos nos sintomas dessa doença. Alimentar, Disbiose, que é alteração na Flora Bacteriana, tudo isso está influenciando na fisiologia dessa doença. Mas ainda não tem um componente claro, específico. Então, é genético, imunológico do paciente, questões ambientais e dietéticas. E a gente para explicar para o paciente acaba informando que é uma Doença Autoimune, mas ela não é só autoimune, ela tem todos esses fatores envolvidos.

JS: Quais os sinais e sintomas das Doenças Inflamatórias Intestinais?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: O paciente vai apresentar alteração do hábito intestinal, mais relacionado à Diarreia. É uma Diarreia que apresenta uma característica com mais muco, catarro ou secreção, como a gente costuma explicar para os pacientes, e sangue. Fora isso tem uma perda de peso inesperada, fraqueza, o paciente apresenta um cansaço maior, e apresenta Anemia também. São os sintomas das Doenças Inflamatórias Intestinais mais prevalentes.



O Diagnóstico Padrão Ouro para as Doenças Inflamatórias Intestinais é a Colonoscopia com Biópsia, mas a gente pode lançar mão de outros exames, como uma Anamnese bem-feita, uma história clínica bem colhida, um exame físico cuidadoso. E alguns Exames Laboratoriais, Exames de Provas Inflamatórias PCR, VHS, Calprotectina Fecal. Mas o padrão ouro para fecharmos o diagnóstico é a Colonoscopia com Biópsia.



JS: Como é feito o diagnóstico das Doenças Inflamatórias Intestinais?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: O Diagnóstico Padrão Ouro para as Doenças Inflamatórias Intestinais é a Colonoscopia com Biópsia, mas a gente pode lançar mão de outros exames, como uma Anamnese bem-feita, uma história clínica bem colhida, um exame físico cuidadoso. E alguns Exames Laboratoriais, Exames de Provas Inflamatórias PCR, VHS, Calprotectina Fecal. Mas o padrão ouro para fecharmos o diagnóstico é a Colonoscopia com Biópsia.

JS: Qual a importância do diagnóstico precoce?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: A importância do diagnóstico precoce é evitar as complicações da doença. Evitar as manifestações muito graves da doença, principalmente no caso da Doença de Crohn e da Retocolite Ulcerativa.

JS: Qual o tratamento para as Doenças Inflamatórias Intestinais?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Hoje em dia a gente já tem um arsenal terapêutico muito importante, vem aumentando muito as pesquisas relacionadas às Doenças Inflamatórias Intestinais. Mas pode ser desde tratamento clínico, e em algumas situações, o tratamento cirúrgico. Vale ressaltar que é uma doença que não tem cura, mas ela tem tratamento. Esse paciente precisa conviver, é claro que com qualidade, com essa doença. E aí a gente lança mão de várias medicações, algumas até de alto custo, mas que, felizmente, a gente consegue através da Secretaria de Saúde, a captação dessas medicações.

SAÚDE – DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS

“

A parte da Psicologia relacionada a pacientes com Doença Inflamatória Intestinal é de extrema importância, uma vez que a Doença Inflamatória Intestinal tem como gatilho o Estresse Psicológico.

”

JS: Além do uso de medicações, os pacientes precisam fazer alguma alteração na alimentação. O que muda na vida de um paciente quando diagnosticado? Algum cuidado específico é recomendado?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Sim. Uma coisa que faz muita diferença no tratamento das Doenças Inflamatórias Intestinais é um trabalho multidisciplinar. A gente precisa além do Profissional Médico para essa prescrição de medicamentos, dessa parte medicamentosa, de um apoio nutricional, o papel do Nutricionista é extremamente importante, esse paciente vai ter que ter algumas alterações de alimentação, porque tem alimentos inflamatórios, principalmente os industrializados. Hoje em dia a gente até costuma brincar que temos mais alimentos de desembalar do que de descascar. Então, pegando justamente os condimentados, os industrializados, isso aumenta as ativações e problemas relacionados à Doença Inflamatória Intestinal. Então a gente precisa do acompanhamento Nutricional e um acompanhamento Psicológico. A parte da Psicologia relacionada a pacientes com Doença Inflamatória Intestinal é de extrema importância, uma vez que a Doença Inflamatória Intestinal tem como gatilho o Estresse Psicológico.

JS: Qual é, na opinião do senhor, a importância da Campanha Maio Roxo?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: A Campanha Maio Roxo foi votada para divulgar a Doença Inflamatória Intestinal, para dar visibilidade a essa Doença. É uma doença negligenciada e desconhecida, inclusive por profissionais da área de Saúde. Então, esses pacientes até o diagnóstico e pós diagnóstico, têm uma dificuldade de acesso à Saúde e muitas vezes não são compreendidos, não são entendidos em decorrência das grandes manifestações e da gravidade das apresentações dessa doença. Então é mais para dar visibilidade para a Doença Inflamatória e proporcionar uma melhor qualidade de vida para os pacientes.

“

(A Doença Inflamatória Intestinal) é uma doença que aumenta a chance de evoluir para um Câncer de Intestino. É fator de risco para o Câncer Colorretal

”

JS: As Doenças Inflamatórias Intestinais podem levar o paciente à morte?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Pode sim. Então é uma doença que aumenta a chance de evoluir para um Câncer de Intestino. É fator de risco para o Câncer Colorretal. Dependendo do atraso no diagnóstico do paciente pode chegar em situações graves, inclusive evoluindo para o óbito do paciente.

JS: Qual mensagem o senhor deixaria para os leitores do JS?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Bom. Na presença de algum desses sinais de alarme, alteração do hábito intestinal, seja Prisão de Ventre ou até mesmo a Diarreia que é o mais comum na Doença Inflamatória Intestinal, uma fraqueza de causa inexplicada, perda de peso sem estar fazendo dieta, sem estar fazendo uma alimentação mais balanceada, deve procurar o Proctologista ou Gastroenterologista que também são profissionais que acabam tratando de frente as Doenças Inflamatórias Intestinais. A fim de fazer um diagnóstico mais precoce e melhorar o prognóstico da doença.

JS: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

DR. ITALO FILIPE AMORIM: Acho que é basicamente isso. Foi dito tudo.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



ITALO FILIPE AMORIM CIRURGIÃO GERAL E COLOPROCTOLOGISTA

Atendimentos:

Clínica GastroProcto – Vitória da Conquista
Avenida Otávio Santos 757
(77) 99168-7136

Instituto do Aparelho Digestivo – Vitória da Conquista
Av. Otávio Santos 91
(77) 3083-6797

Clínica Sagrada Família – Vitória da Conquista
Av. Otávio Santos 90
(77) 3422-1817

Hospital de Clínicas de Conquista – Vitória da Conquista
Praça Marcelino Prates, 4
(77) 3420-8850
Graduado em Medicina pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univas/Pouso Alegre - MG); Cirurgião Geral pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Coloproctologista pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM – Uberaba/MG).

OPINIÃO



André Naves

ANDRÉ NAVES É DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL, ESPECIALISTA EM DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL; MESTRE EM ECONOMIA POLÍTICA.

Por um mundo que se contraponha ao racismo

A alteridade é um conceito importante quando falamos sobre saúde mental. Significa enxergar no outro não apenas alguém diferente de nós, mas também alguém que pode contribuir para o nosso próprio crescimento e realização pessoal. É perceber que ao conviver com pessoas diferentes, podemos aprender e nos enriquecer como indivíduos.

Quando enxergamos alguém com os olhos da alma, estamos indo além da simples visão física. Estamos reconhecendo o valor humano presente em cada pessoa. Enxergar dessa forma é sentir empatia, é se importar com o outro e valorizar a sua individualidade. É perceber o outro como a chave para o autoenriquecimento. Alteridade é, portanto, se alterar com a experiência da convivência.

A diversidade é um conjunto plural de pessoas com características, origens e experiências distintas. É importante reconhecer essa diversidade e respeitar as diferenças entre as pessoas. Porém, só a diversidade não é o suficiente. Precisamos garantir a inclusão, ou seja, trazer todas essas pessoas para posições de destaque e protagonismo. Ao promover a convivência e o aprendizado mútuo, a alteridade possibilita que cada pessoa compartilhe suas experiências e práticas, enriquecendo o todo. Cada indivíduo tem algo valioso para oferecer, e é por meio da colaboração entre as diferentes individualidades que o progresso acontece.

Nesse contexto, é fundamental desenvolver a sensibilidade humana. Isso significa compreender que o progresso não está na competição desenfreada, mas na colaboração entre as pessoas. Quando valorizamos a diversidade e trabalhamos em conjunto, temos a oportunidade de construir caminhos para o sucesso e criar uma sociedade mais justa. Esse é o espírito da coletividade: a exaltação das individualidades, unidas, para construir caminhos para o sucesso.

Vivemos em uma era maravilhosa de inovação e avanços tecnológicos, em que a inteligência artificial assume muitas tarefas técnicas. No entanto, a criatividade e a inovação continuam sendo atributos exclusivos dos seres humanos. A essência criativa da humanidade não pode ser reduzida a algoritmos.

Portanto, a inclusão é essencial para o progresso social. Ela impulsiona a criatividade e as habilidades de interação entre as pessoas. Para construir uma sociedade sustentável, inclusiva e justa, é necessário que todos nós nos unamos nesse propósito. Juntos, podemos criar estruturas sociais que valorizem a diversidade, promovam a inclusão e permitam que cada pessoa seja protagonista de sua própria história.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

PROF. DR. WANDERLEY RIBEIRO

**Assessoria à Instituições de
Educação Superior,
Escolas, Prefeituras Parecerista
Direito Educacional**

Travessa da Ajuda nº2 Ed. Sul América, Sl. 601 - Centro - Salvador - Ba
Cep 40.020-030

71 - 2136-7479 / 98789-0843 / 99917-8500

wanderleyribeiro@bol.com.br

www.professorwanderleyribeiro.adv.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTO, REGULAMENTO E ELEIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA

Ficam convocados todos os interessados, nos termos do artigo 53, "caput" da Lei nº 10.406/2002, para a realização da Assembleia Geral de Constituição, aprovação de Estatuto, Regulamento Interno, e eleição da primeira Diretoria, a realizar-se no dia 12 de junho de 2023, na Avenida Doutor Antônio Rizério Leite, 178, na cidade de Brumado, Bahia, CEP 46100-000;

A convocação dar-se-á às 18:00 horas do dia mencionado, onde se instalará a Assembleia para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1º) Discussão e Constituição da ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS DO RESIDENCIAL PRIME;

2º) Apreciação e aprovação de Estatuto Social;

3º) Eleição para os cargos da Diretoria Executiva da Associação;

4º) Definição da sede.

Brumado, Bahia, 24 de maio de 2023.

Bel. Clauber Rossi Silva Lobo
OAB/BA 48.823

AGRICULTURA FAMILIAR

Casa de Farinha e Assistência Técnica elevam a renda de agricultores familiares de Poções

FOTO: ANDRÉ FRUTOSO/CAR- GOV BA



◆ SILVIA COSTA ASCOM/CAR

ascom@car.ba.gov.br

A assistência técnica qualificada aliada com a entrega de novas máquinas e equipamentos para favorecer a produção. Essa é uma das estratégias do Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), para alavancar a produção de alimentos saudáveis e a geração de renda de agricultores e agricultoras familiares pela Bahia.

Essa prática traz desenvolvimento aos quatro cantos do Estado. É o que acontece na Associação Comunitária de Tremendal, na Comunidade Bandeira Nova, no município de Poções. Por lá, o destaque na produção é a Mandiocultura que, a partir dos investimentos na requalificação da Unidade de Beneficiamento de Mandioca, agricultores e agricultoras passaram a produzir mais farinha e outros derivados da mandioca, melhorando a qualidade de vida.

A evolução foi acompanhada pela Tecnóloga em Gestão Ambiental, Edineia Oliveira, contratada pelo Projeto Bahia Produtiva como Agente Comunitária Rural (ACR). “A vida melhorou muito aqui porque, hoje, os equipamentos da Casa de Farinha são todos elétricos e a prensa, que antes era manual, agora é hidráulica. Isso faz muita diferença na produção. Temos também a parte da Cozinha Comunitária, onde algumas famílias já trabalham fazendo biscoitos, pães e beijos e vendendo tanto dentro da Comunidade como fazendo entregas para a cidade”, analisa Edineia.

O Projeto também conta com a parceria do município. O Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Jeandro Ribeiro, elevou a importância dessa união de esforços. “Esse é um grande equipamento para processar derivados de mandioca e melhorar a vida dos agricultores e agricultoras. A ação mostra que o município entendeu a dinâmica de parceria com o Governo do Estado”.

O secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Poções, Jaimilson Moreira, afirmou que esse é o momento das Associações e Cooperativas gerirem os seus empreendimentos, tanto da Mandiocultura, como em outras atividades como da Cafeicultura, do Mel e dos Quintais Produtivos”.

Com a nova Casa De Farinha, a expectativa é de incremento na produção e venda de farinha, o que vai resultar na elevação do faturamento mensal de R\$ 25 mil para R\$ 35 mil por mês no primeiro ano, mas a expectativa é chegar a R\$ 53 mil.

O Bahia Produtiva é um projeto executado pela CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com cofinanciamento do Banco Mundial.

FOTO: ANDRÉ FRUTOSO/CAR- GOV BA



Tecnóloga em Gestão Ambiental, Agente Comunitária Rural Edineia Oliveira, destaca a importância dos investimentos para o aumento da produção.

AGRICULTURA FAMILIAR

Investimentos do Governo do Estado fomentam Assistência Técnica a agricultores familiares na Bacia do Paramirim

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A Assistência Técnica e a Extensão Rural (Ater) são serviços fundamentais no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, pois é um instrumento de comunicação de conhecimento de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e outros conhecimentos. Estudos técnicos apontam que a Assistência Técnica tem sido um dos grandes desafios para consolidação, no país, da agricultura familiar como agente de desenvolvimento. Segundo os estudos, se (a agricultura familiar) é expressiva em números de trabalhadores, financeiros e de receita, o mesmo não se constata quando o assunto é o atendimento especializado às propriedades.

Na Bahia, desde 2014, quando o Governo do Estado incluiu na estrutura administrativa a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia, com objetivo de formular, articular e executar Políticas Públicas, Programas, Projetos e Ações voltadas para avançar na reforma agrária e promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, o desafio apontado pelo Técnicos e pesquisadores da área da Agricultura vai sendo superado e os resultado diferenciam-se dos registrados no Nordeste e no país.

No Estado, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vem desenvolvendo Ações e Programas que visam oferecer aos produtores familiares de todos os Territórios de Identidade orientações especializadas e investimentos para o incremento das atividades, racionalização dos processos de produção de forma sustentável.

No último dia 26, Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, no âmbito do Programa Mais Ater, no âmbito da estratégia Parceria Mais Forte, Juntos para Alimentar a Bahia, fez a entrega a gestores de 13 municípios consorciados do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim, de 21 tablets e motocicletas, que vão qualificar o processo de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nas comunidades rurais, com foco no fortalecimento dos Sistemas produtivos do Leite, Mandioca, Mel, Ovinocultura e Produção de Ovos e Galinhas Caipiras.

De acordo com Jeandro Laytynher Ribeiro, Diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), os investimentos do Governo do Estado na Agricultura Familiar superam R\$ 3,5 bilhões, que estão sendo fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável.

Jeandro Laytynher Ribeiro apontou que o Programa Parceria Mais Forte, Para Alimentar a Bahia, tem por objetivo potencializar as as cadeias produtivas estratégicas, dentro dos Territórios, com potencial de comercialização e geração de renda, a organização e estruturação das Unidades de Produção, com melhoria dos processos de diversificação da produção, aumento da produtividade e segurança alimentar e nutricional das famílias.

O Program tem também, reforçou o Diretor Presidente da CAR, o propósito de identificar e viabilizar o acesso a mercados locais, Territoriais e Institucionais, de forma a aumentar a renda das fam'ílias de agricultores familiares com a comercialização da Agricultura Familiar e o fortalecimento da gestão, com preservação ambiental, disponibilização e inovações técnicas sustentáveis e adequadas aos agricultores e agricultoras.



FOTO: ANTÔNIO QUEIRÓS/GOVBA

o Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia, entregou kits de tablets e motocicletas para 13 municípios associados ao Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Paramirim.

ECONOMIA

Governo do Estado disponibiliza valores dos repasses constitucionais feitos aos municípios baianos em abril

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda Bahia, por meio do Sistema de Administração de Recursos Financeiros, repassou no último mês de abril R\$ 703.335.775,14 para os 417 municípios baianos.

As Transferências Constitucionais são parcelas das receitas estaduais que devem ser repassadas aos municípios. Os recursos repassados referem-se ao montante arrecadado no período de 01 a 30 de abril, correspondentes à distribuição de cotas partes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia (Fies) e Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

O total repassado pelo Estado às 417 Prefeituras Municipais nos primeiros quatro meses do ano somam R\$ 2.839.657.459,14.

Visando contribuir para ajudar a conscientizar as Prefeituras Municipais sobre a necessidade de ter mais transparência e estimular a participação da população na fiscalização das contas públicas, o JS publica, abaixo, os valores repassados pelo Governo do Estado, no mês de abril, para municípios das regiões originalmente da área de abrangência de sua circulação impressa, destacando os dez que mais e os dez que menos recursos receberam.

Os dez municípios que mais receberam foram:

POSIÇÃO	MUNICIPIO	VALOR
01	Vitória da Conquista	R\$ 13.943.685,57
02	Correntina	R\$ 9.646.672,98
03	Jaborandi	R\$ 4.302.608,50
04	Brumado	R\$ 3.788.853,46
05	Guanambi	R\$ 2.836.412,21
06	Bom Jesus da Lapa	R\$ 2.477.190,60
07	Itapetinga	R\$ 2.245.528,88
08	Mucugê	R\$ 2.243.299,78
09	Caetité	R\$ 2.241.004,74
10	Cocos	R\$ 2.038.832,41

Os dez municípios que menos receberam foram:

POSIÇÃO	MUNICIPIO	VALOR
01	Firmino Alves	R\$ 216.006,04
02	Maetinga	R\$ 223.284,12
03	Bom Jesus da Serra	R\$ 239.953,73
04	Caatiba	R\$ 245.980,89
05	Cordeiros	R\$ 260.933,31
06	Canápolis	R\$ 262.809,58
07	Abaira	R\$ 267.776,72
08	Piripá	R\$ 267.825,93
09	Malhada de Pedras	R\$ 270.020,40
10	Guajeru	R\$ 271.434,50

ECONOMIA

Denominação	ICMS	Acumulado	IPI	Acumulado	IPVA	Acumulado	FIES	Acumulado	FCBA	Acumulado	No Mês	Até o Mês
ABAIRA	249.277,40	910.377,58	1.509,39	5.669,71	16.989,93	185.329,58	0,00	0,00	0,00	0,00	267.776,72	1.101.376,87
ANAGE	480.471,88	1.754.715,14	2.909,29	10.928,15	34.871,99	174.602,18	0,00	0,00	0,00	0,00	518.253,16	1.940.245,47
ARACATU	388.263,98	1.417.965,77	2.350,97	8.830,92	18.547,31	160.731,93	0,00	0,00	0,00	0,00	409.162,26	1.587.528,62
BARRA DA ESTIVA	866.650,75	3.165.065,98	5.247,63	19.711,64	76.966,62	693.842,40	0,00	0,00	0,00	0,00	948.865,00	3.878.620,02
BARRA DO CHOCA	1.094.699,92	3.997.916,67	6.628,49	24.898,53	50.161,99	367.167,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.151.490,40	4.389.982,91
BELO CAMPO	355.331,94	1.297.695,81	2.151,56	8.081,88	26.277,34	211.092,23	0,00	0,00	0,00	0,00	383.760,84	1.516.869,92
BOA NOVA	308.780,96	1.127.688,52	1.869,70	7.023,11	8.292,41	97.251,49	0,00	0,00	0,00	0,00	318.943,07	1.231.963,12
BOM JESUS DA LAPA	2.280.211,47	8.327.483,44	13.806,85	51.862,54	183.172,28	2.080.178,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.477.190,60	10.459.524,88
BOM JESUS DA SERRA	231.113,02	844.040,09	1.399,40	5.256,57	7.441,31	37.254,78	0,00	0,00	0,00	0,00	239.953,73	886.551,44
BONINAL	327.883,66	1.197.452,88	1.985,36	7.457,58	44.579,51	262.741,51	0,00	0,00	0,00	0,00	374.448,53	1.467.651,97
BOQUIRA	437.477,95	1.597.698,48	2.648,96	9.950,27	22.118,30	220.906,95	0,00	0,00	0,00	0,00	462.245,21	1.828.555,70
BOTUPORA	263.970,03	964.036,01	1.598,37	6.003,91	20.474,76	178.866,99	0,00	0,00	0,00	0,00	286.043,16	1.148.906,91
BREJOLANDIA	407.773,96	1.489.217,54	2.469,10	9.274,67	15.785,10	96.726,41	0,00	0,00	0,00	0,00	426.028,16	1.595.218,62
BROTAS DE MACAUBAS	578.506,02	2.112.742,36	3.502,90	13.157,89	13.508,11	161.743,70	0,00	0,00	0,00	0,00	595.517,03	2.287.643,95
BRUMADO	3.110.305,12	11.359.040,51	18.833,13	70.742,70	659.715,21	3.822.098,11	0,00	0,00	0,00	0,00	3.788.853,46	15.251.881,32
CAATIBA	234.946,53	858.040,28	1.422,62	5.343,78	9.611,74	46.760,34	0,00	0,00	0,00	0,00	245.980,89	910.144,40
CACULE	800.994,48	2.925.284,95	4.850,08	18.218,31	54.672,77	745.338,17	0,00	0,00	0,00	0,00	860.517,33	3.688.841,43
CAETANOS	289.406,30	1.056.931,00	1.752,37	6.582,43	6.701,22	57.793,31	0,00	0,00	0,00	0,00	297.859,89	1.121.306,74
CAETITE	1.981.550,13	7.236.752,43	11.998,43	45.069,60	247.456,18	2.410.815,76	0,00	0,00	0,00	0,00	2.241.004,74	9.692.637,79
CANAPOLIS	243.675,63	889.919,58	1.475,47	5.542,29	17.658,48	105.831,86	0,00	0,00	0,00	0,00	262.809,58	1.001.293,73
CANDIBA	309.185,67	1.129.166,54	1.872,15	7.032,32	34.801,62	285.144,34	0,00	0,00	0,00	0,00	345.859,44	1.421.343,20
CANDIDO SALES	435.761,00	1.591.428,04	2.638,56	9.911,21	57.501,29	349.648,03	0,00	0,00	0,00	0,00	495.900,85	1.950.987,28
CARAIBAS	290.565,91	1.061.165,97	1.759,40	6.608,81	15.247,63	70.875,69	0,00	0,00	0,00	0,00	307.572,94	1.138.650,47
CARINHANHA	640.568,67	2.339.399,24	3.878,70	14.569,50	49.421,25	371.787,36	0,00	0,00	0,00	0,00	693.868,62	2.725.756,10
CATURAMA	261.638,61	955.521,56	1.584,23	5.950,85	14.950,75	78.995,43	0,00	0,00	0,00	0,00	278.173,59	1.040.467,84
COCOS	1.982.428,18	7.239.959,10	12.003,76	45.089,58	44.400,47	389.188,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.038.832,41	7.674.236,68
CONDEUBA	400.662,40	1.463.245,64	2.426,05	9.112,94	15.935,18	300.861,67	0,00	0,00	0,00	0,00	419.023,63	1.773.220,25
CONTENDAS DO SINCORA	264.939,12	967.575,26	1.604,23	6.025,94	10.236,50	71.816,05	0,00	0,00	0,00	0,00	276.779,85	1.045.417,25
CORDEIROS	246.979,99	901.987,31	1.495,47	5.617,45	12.457,85	138.920,44	0,00	0,00	0,00	0,00	260.933,31	1.046.525,20
CORIBE	511.910,16	1.869.529,81	3.099,66	11.643,19	39.359,80	243.879,83	0,00	0,00	0,00	0,00	554.369,62	2.125.052,83
CORRENTINA	9.508.747,47	34.726.576,11	57.576,19	216.272,83	80.349,32	773.608,02	0,00	0,00	0,00	0,00	9.646.672,98	35.716.456,96
DARIO MEIRA	273.801,65	999.941,77	1.657,89	6.227,50	6.312,88	81.006,34	0,00	0,00	0,00	0,00	281.772,42	1.087.175,61
DOM BASILIO	356.593,52	1.302.303,20	2.159,20	8.110,60	56.477,73	414.248,56	0,00	0,00	0,00	0,00	415.230,45	1.724.662,36
ENCRUZILHADA	678.043,56	2.476.260,02	4.105,60	15.421,84	19.689,09	173.367,34	0,00	0,00	0,00	0,00	701.838,25	2.665.049,20
ERICO CARDOSO	285.712,62	1.043.441,42	1.730,01	6.498,43	10.076,68	118.556,10	0,00	0,00	0,00	0,00	297.519,31	1.168.495,95
FEIRA DA MATA	298.794,75	1.091.218,24	1.809,22	6.795,96	14.807,77	59.965,72	0,00	0,00	0,00	0,00	315.411,74	1.157.979,92
FIRMINO ALVES	209.830,27	766.314,07	1.270,53	4.772,48	4.905,24	70.183,29	0,00	0,00	0,00	0,00	216.006,04	841.269,84
GUAJERU	260.234,65	950.394,19	1.575,74	5.918,92	9.624,11	98.069,54	0,00	0,00	0,00	0,00	271.434,50	1.054.382,65
GUANAMBI	2.242.127,27	8.188.397,42	13.576,24	50.996,33	580.708,70	5.550.136,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.836.412,21	13.789.530,12
IBIASSUCE	259.233,46	946.737,79	1.569,68	5.896,15	15.502,42	187.541,10	0,00	0,00	0,00	0,00	276.305,56	1.140.175,04
IBICOARA	1.519.075,23	5.547.763,44	9.198,11	34.550,76	71.241,06	511.510,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.599.514,40	6.093.824,28
IBIPITANGA	329.624,35	1.203.810,00	1.995,89	7.497,18	40.613,03	304.698,55	0,00	0,00	0,00	0,00	372.233,27	1.516.005,73
IBOTIRAMA	726.403,22	2.652.872,73	4.398,42	16.521,76	125.984,11	808.839,48	0,00	0,00	0,00	0,00	856.785,75	3.478.233,97
IGAPORA	742.528,03	2.711.761,59	4.496,06	16.888,51	25.156,28	244.811,16	0,00	0,00	0,00	0,00	772.180,37	2.973.461,26
IGUAI	448.885,45	1.639.359,41	2.718,03	10.209,70	33.048,95	235.413,64	0,00	0,00	0,00	0,00	484.652,43	1.884.982,75
IPUPIARA	321.358,95	1.173.624,21	1.945,85	7.309,17	30.031,24	308.687,61	0,00	0,00	0,00	0,00	353.336,04	1.489.620,99
ITAMBE	516.354,88	1.885.762,25	3.126,57	11.744,31	35.804,56	198.762,07	0,00	0,00	0,00	0,00	555.286,01	2.096.268,63
ITAPETINGA	1.984.086,76	7.246.016,39	12.013,80	45.127,30	249.428,32	2.041.180,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.245.528,88	9.332.324,48
ITARANTIM	682.710,20	2.493.302,92	4.133,86	15.527,98	42.734,92	286.642,76	0,00	0,00	0,00	0,00	729.578,98	2.795.473,66
ITORORO	418.126,39	1.527.025,30	2.531,79	9.510,13	30.719,09	284.407,17	0,00	0,00	0,00	0,00	451.377,27	1.820.942,60
ITUACU	553.727,79	2.022.250,60	3.352,87	12.594,33	56.539,70	371.825,16	0,00	0,00	0,00	0,00	613.620,36	2.406.670,09
IUIU	400.791,95	1.463.718,78	2.426,83	9.115,86	17.502,73	127.145,45	0,00	0,00	0,00	0,00	420.721,51	1.599.980,09
JABORANDI	4.241.367,16	15.489.754,02	25.681,80	96.468,26	35.559,54	263.623,35	0,00	0,00	0,00	0,00	4.302.608,50	15.849.845,63
JACARACI	361.894,49	1.321.662,68	2.191,30	8.231,15	12.957,60	186.890,48	0,00	0,00	0,00	0,00	377.043,39	1.516.784,31
JUSSIAPE	252.728,63	922.981,74	1.530,28	5.748,20	18.160,80	180.755,18	0,00	0,00	0,00	0,00	272.419,71	1.109.485,12
LAGOA REAL	313.748,40	1.145.829,96	1.899,77	7.136,09	16.543,66	213.114,67	0,00	0,00	0,00	0,00	332.191,83	1.366.080,72
LICINIO DE ALMEIDA	415.747,54	1.518.337,55	2.517,38	9.456,02	31.781,99	271.134,02	0,00	0,00	0,00	0,00	450.046,91	1.798.927,59
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	1.260.572,28	4.603.693,55	7.632,87	28.671,25	152.625,31	1.581.563,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420.830,46	6.213.928,44
MACARANI	391.624,78	1.430.239,66	2.371,32	8.907,35	27.019,02	205.469,51	0,00	0,00	0,00	0,00	421.015,12	1.644.616,52
MACAUBAS	758.508,53	2.770.123,42	4.592,82	17.251,97	93.314,71	922.354,67	0,00	0,00	0,00	0,00	856.416,06	3.709.730,06
MAETINGA	215.825,22	788.208,00	1.306,84	4.908,86	6.152,06	68.514,05	0,00	0,00	0,00	0,00	223.284,12	861.630,91
MAIQUINIQUE	372.662,54	1.360.988,27	2.256,50	8.476,09	15.671,82	123.527,08	0,00	0,00	0,00	0,00	390.590,86	1.492.991,44
MALHADA	526.136,48	1.921.485,32	3.185,80	11.966,77	26.453,48	129.416,62	0,00	0,00	0,00	0,00	555.775,76	2.062.868,71
MALHADA DE PEDRAS	247.500,15	903.886,97	1.498,63	5.629,29	21.021,62	172.591,85	0,00	0,00	0,00	0,00	270.020,40	1.082.108,11
MANOEL VITORINO	429.589,68	1.568.890,01	2.601,19	9.770,85	14.031,54	114.411,16	0,00	0,00	0,00	0,00	446.222,41	1.693.072,02
MATINA	274.286,53	1.001.712,61	1.660,82	6.238,54	21.147,52	107.814,92	0,00	0,00	0,00	0,00	297.094,87	1.115.766,07
MIRANTE	298.091,80	1.088.651,04	1.804,96	6.779,97	13.678,16	85.165,82	0,00	0,00	0,00	0,00	313.574,92	1.180.596,83
MORPARA	370.604,99	1.353.474,02	2.244,04	8.429,27	3.368,68	44.036,54	0,00	0,00	0,00	0,00	376.217,71	1.405.939,83
MORTUGABA	278.812,07	1.018.240,16	1.688,23	6.341,48	31.121,02	264.815,78	0,00	0,00	0,00	0,00	311.621,32	1.289.397,42
MUCUGE	2.193.991,45	8.012.602,21	13.284,78	49.901,49	36.023,55	454.362,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.243.299,78	8.516.865,73
MUQUEM DO SAO FRANCISCO	690.174,53	2.520.563,13	4.179,06	15.697,77	21.871,96	148.329,57	0,00	0,00	0,00	0,00	716.225,55	2.684.590,47
NOVA CANAA	340.706,03</											

ECONOMIA

PRESIDENTE JANIO QUADROS	322.841,83	1.179.039,73	1.954,82	7.342,90	9.972,41	81.493,03	0,00	0,00	0,00	0,00	334.769,06	1.267.875,66
RIACHO DE SANTANA	653.134,48	2.385.290,44	3.954,77	14.855,29	89.560,53	734.841,28	0,00	0,00	0,00	0,00	746.649,78	3.134.987,01
RIBEIRAO DO LARGO	349.523,64	1.276.483,55	2.116,39	7.949,76	3.385,44	37.392,73	0,00	0,00	0,00	0,00	355.025,47	1.321.826,04
RIO DE CONTAS	401.134,45	1.464.969,61	2.428,90	9.123,66	27.424,91	351.324,61	0,00	0,00	0,00	0,00	430.988,26	1.825.417,88
RIO DO ANTONIO	305.726,08	1.116.531,92	1.851,19	6.953,61	31.005,53	263.583,94	0,00	0,00	0,00	0,00	338.582,80	1.387.069,47
RIO DO PIRES	283.011,15	1.033.575,49	1.713,66	6.436,98	21.860,95	223.741,48	0,00	0,00	0,00	0,00	306.585,76	1.263.753,95
SANTA MARIA DA VITORIA	926.627,64	3.384.105,56	5.610,80	21.075,80	124.864,32	1.029.016,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.057.102,76	4.434.197,79
SANTANA	637.663,89	2.328.790,76	3.861,10	14.503,41	36.439,59	462.615,76	0,00	0,00	0,00	0,00	677.964,58	2.805.909,93
SAO FELIX DO CORIBE	603.521,57	2.204.100,78	3.654,37	13.726,88	49.763,14	392.531,37	0,00	0,00	0,00	0,00	656.939,08	2.610.359,03
SEBASTIAO LARANJEIRAS	398.161,68	1.454.112,83	2.410,90	9.056,03	15.741,44	136.597,86	0,00	0,00	0,00	0,00	416.314,02	1.599.766,72
SERRA DO RAMALHO	843.209,14	3.079.455,66	5.105,69	19.178,47	51.946,97	378.538,08	0,00	0,00	0,00	0,00	900.261,80	3.477.172,21
SERRA DOURADA	408.725,76	1.492.693,57	2.474,86	9.296,30	32.634,01	216.727,03	0,00	0,00	0,00	0,00	443.834,63	1.718.716,90
SITIO DO MATO	371.635,06	1.357.235,86	2.250,28	8.452,71	12.403,64	80.717,78	0,00	0,00	0,00	0,00	386.288,98	1.446.406,35
TABOCCAS DO BREJO VELHO	925.170,43	3.378.783,76	5.601,98	21.042,66	24.353,22	152.520,13	0,00	0,00	0,00	0,00	955.125,63	3.552.346,55
TANHACU	519.003,12	1.895.433,79	3.142,60	11.804,52	50.470,17	418.645,52	0,00	0,00	0,00	0,00	572.615,89	2.325.883,83
TANQUE NOVO	383.968,05	1.402.276,78	2.324,96	8.733,22	72.701,98	637.389,65	0,00	0,00	0,00	0,00	458.994,99	2.048.399,65
TREMEDAL	431.477,89	1.575.785,87	2.612,62	9.813,80	22.601,63	139.140,57	0,00	0,00	0,00	0,00	456.692,14	1.724.740,24
URANDI	495.803,31	1.810.706,54	3.002,13	11.276,87	33.857,37	406.118,57	0,00	0,00	0,00	0,00	532.662,81	2.228.101,98
VITORIA DA CONQUISTA	11.894.819,79	43.440.670,37	72.024,03	270.543,12	1.976.841,75	19.585.661,92	0,00	0,00	0,00	0,00	13.943.685,57	63.296.875,41

Página 1 de 11

Relatório Distribuição Mensal aos Municípios.rpt



Proativa
CONTABILIDADE

15 anos

Atendendo Brumado e Região!

 (77) 9 8824 - 9163

 (77) 3441 - 1405

  @proativacontabil





Certificado Digital SPC

Adquira já o seu!



Seja um ASSOCIADO(A)
e construa um comércio
de **Brumado** mais forte!



ic 779-9812-8485